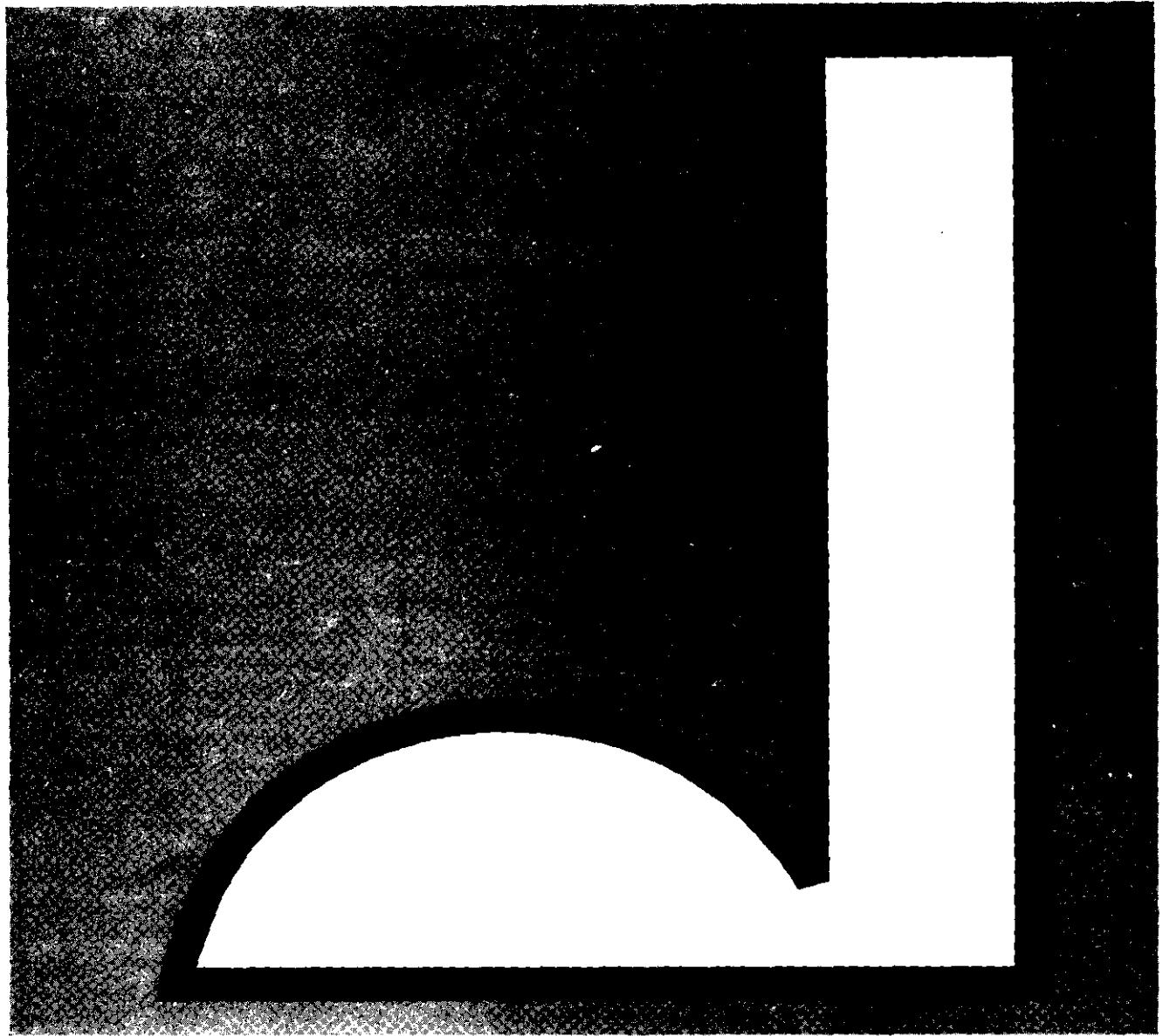




República Federativa do Brasil



# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**MESA**  
**Presidente**  
José Sarney - PMDB - AP

**1º Vice-Presidente**  
Teotonio Vilela Filho - PSDB - AL

**2º Vice-Presidente**  
Júlio Campos - PFL - MT

**1º Secretário**  
Odacir Soares - PFL - RO

**2º Secretário**  
Renan Calheiros - PMDB - AL

**3º Secretário**  
Levy Dias - PPB - MS

**4º Secretário**  
Ermandes Amorim - PMDE - RO

**Suplentes de Secretário**  
Antônio Carlos Valadares - FSB - SE  
Eduardo Suplicy - PT - SP  
Ney Suassuna - PMDB - PB  
Emilia Fernandes - PTB - RS

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**Corregedor**  
(Eleito em 16-3-95)  
Romeu Tuma - PSL - SP

**Corregedores - Substitutos**  
(Eleitos em 16-3-95)  
1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS  
2º Senador Joel de Hollanda - PFL - PE  
3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Designação: 16 e 23-11-95)  
Nabor Júnior - PMDB - AC  
Waldeck Omelas - PFL - BA  
Emilia Fernandes - PTB - RS  
José Ignácio Ferreira - PSDB - ES  
Lauro Campos - PT - DF

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

**Líder**  
Elcio Alvares - PFL - ES

**Vice-Líderes**  
José Roberto Arruda - PSDB - DF  
Wilson Kleinübing - PFL - SC  
Ramez Tebet - PMDB - MS

**LIDERANÇA DO PMDB**

**Líder**  
Jáder Barbalho

**Vice-Líderes**  
Ronaldo Cunha Lima  
Nabor Júnior  
Gerson Camata  
Carlos Bezerro  
Ney Suassuna  
Gilvam Borges  
Fernando Bezerra  
Gilberto Miranda

**LIDERANÇA DO PFL**

**Líder**  
Hugo Napoleão

**Vice-Líderes**  
Edison Lobão  
Francelino Pereira  
Joel de Holanda  
Romero Jucá

**LIDERANÇA DO PSDB**

**Líder**  
Sérgio Machado

**Vice-Líderes**  
Geraldo Melo  
José Ignácio Ferreira  
Lúdio Coelho

**LIDERANÇA DO PPB**

**Líder**  
Epitacio Cafeteira

**Vice-Líder**  
Esperidião Amin

**LIDERANÇA DO PT**

**Líder**  
José Eduardo Dutra

**Vice-Líder**  
Benedita da Silva

**LIDERANÇA DO PTB**

**Líder**  
Valmir Campelo

**Vice-Líder**

**LIDERANÇA DO PDT**

**Líder**  
Júnia Marise

**Vice-Líder**  
Sebastião Rocha

**LIDERANÇA DO PSB**

**Líder**  
Ademir Andrade

**LIDERANÇA DO PPS**

**Líder**  
Roberto Freire

**LIDERANÇA DO PSL**

**Líder**  
Romeu Tuma

### EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA  
Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES  
Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA  
Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA  
Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE  
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 63ª SESSÃO NÃO-DELIBERATIVA, EM 13 DE MAIO DE 1996

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Mensagens do Senhor Presidente da República

Nº 168, de 1996 (nº 419/96, na origem), encaminhando, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 1996, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e justificativas pertinentes.....

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nomes indicados para cargos cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

Nº 166, de 1996 (nº 378/96, na origem), de 9 de maio do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Marcelo Didier, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.....

Nº 167, de 1996 (nº 379/96, na origem), de 9 de maio do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Senhor Adolf Libert Westphalen, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Iugoslávia.....

#### 1.2.2 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 138/96, de 7 de maio do corrente, do Ministro das Comunicações, referente ao Requeri-

07951	mento nº 277, de 1996, de informações, do Senador João Rocha.....	07961
	Nº 221/96, de 7 de maio do corrente, do Ministro da Previdência e Assistência Social, referente ao Requerimento nº 290, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda.....	07961
	<b>1.2.3 – Leitura de projeto</b> Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que torna obrigatório o depósito da multa de 40% sobre o valor do saldo do FGTS na conta vinculada do trabalhador, no momento da rescisão do contrato de trabalho.....	07961
	<b>1.2.4 – Discursos do Expediente</b> <b>SENADOR VALMIR CAMPELO</b> – Debate sobre a reeleição do Presidente da República.....	07962
	<b>SENADOR JÚLIO CAMPOS</b> – Crise habitacional no País. Importância de medidas de incentivo à construção civil.....	07963
07955	<b>SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA</b> – Inserção da economia brasileira no mercado externo. Equalização tarifária da energia elétrica e do óleo combustível. Política de desenvolvimento que privilegie as regiões mais pobres do País.....	07966
07958	<b>SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA</b> – Debates resultantes da apresentação do Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro, pelo Dr. Rodrigo Lopes, no Centro Industrial do Ceará – CIC, no último dia 3 de maio, durante a realização do Seminário Fortaleza 2.2020.....	07968
	<b>SENADOR GILVAM BORGES</b> – Comprometimento ideológico dos grupos envolvidos nos conflitos agrários no País.....	07972

<b>1.2.5 – Requerimento</b>		<b>1.3 – ENCERRAMENTO</b>
Nº 452, de 1996 de autoria do Senador Ademir Andrade, solicitando ao Ministro das Minas e Energia as informações que menciona.....	07975	<b>2 – RETIFICAÇÃO</b>
<b>1.2.6 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição</b>		Ata da 61ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 9 de maio de 1996, e publicada no DSF, de 10 de maio de 1996.....
Nº 21, de 1996, de autoria do Senador José Ignácio Ferreira e outros Srs. Senadores, que modifica o inciso V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal.....	07976	07984
<b>1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)</b>		<b>3 – ATOS DO PRESIDENTE</b>
SENADOR LÚDIO COELHO – Comentários acerca da ocupação, na semana passada, do Ministério da Fazenda por funcionários públicos e das invasões a centrais de geração de energia elétrica. ....	07978	Nºs 25 e 26, de 1996 .....
SENADOR ADEMIR ANDRADE – Justificando a apresentação do Requerimento nº 452, de 1996, de informações ao Ministro de Minas e Energia sobre as delimitações da área de garimpo de ouro nas Serras Leste e Pelada. Transcrição da matéria intitulada <b>Aumenta tensão na Serra</b> , publicada no jornal <b>O Liberal</b> , de ontem. ....	07978	07985
<b>1.2.8 – Discurso encaminhado à publicação</b>		<b>4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL</b>
SENADORA BENEDITA DA SILVA – Transcurso, ontem, do Dia do Enfermeiro. ....	07982	Nºs 577 a 580, de 1996 .....
<b>1.2.9 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão</b>		<b>5 – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS</b>
		Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo do IPC, realizada em 27 de fevereiro de 1996.....
		Ata da 1ª Reunião Ordinária conjunta dos Conselhos Deliberativo e Consultivo, realizada em 14 de dezembro de 1995.....
		<b>6 – MESA DIRETORA</b>
		<b>7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b>
		<b>8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR</b>
		<b>9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS</b>
		<b>10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>
		<b>11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES</b>
		<b>12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)</b>

# Ata da 63ª Sessão Não Deliberativa, em 13 de maio de 1996

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs: Júlio Campos, Lúdio Coelho e Valmir Campelo*

*(Inicia-se a sessão às 14h30min)*

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Havia número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

### EXPEDIENTE

#### MENSAGENS DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

#### MENSAGEM Nº 168, DE 1996 (Nº 419/96, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,  
Nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, e a fim de que chegue à Comissão de Assuntos Econômicos dessa Casa do Congresso Nacional, encaminho a Vossa Excelência, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 1996, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e justificativas pertinentes.

Brasília, 10 de maio de 1996. – Fernando Henrique Cardoso.

E.M. Nº 168/MF

Brasília, 7 de maio de 1996

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
Encaminho a consideração de Vossa Excelência, de acordo com o que estabelece o parágrafo 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29-6-95, a anexa Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 1996, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários,

análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e as justificativas pertinentes, para que seja a referida programação enviada também à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

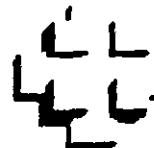
Respeitosamente, Pedro Sampaio Malan, Ministro de Estado da Fazenda.

**Diretoria de Política Econômica - DIPEC  
Departamento Econômico - DEPEC**

## Programação Monetária

1996

Abril

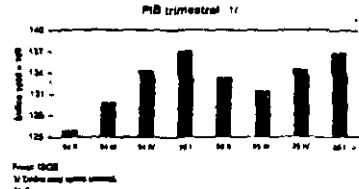


**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

Programação Monetária para o segundo trimestre e revisão dos indicadores para o ano de 1996

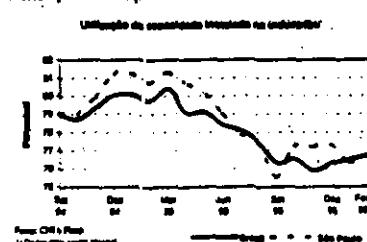
A economia no primeiro trimestre de 1996

1. A taxa de crescimento do PIB em 1995 alcançou 4,2%. A estimativa para o ano de 1996 é de crescimento da ordem de 3%. Para o primeiro trimestre de 1996 observa-se estabilidade em relação ao mesmo período do ano anterior, dado o arrefecimento do setor industrial.



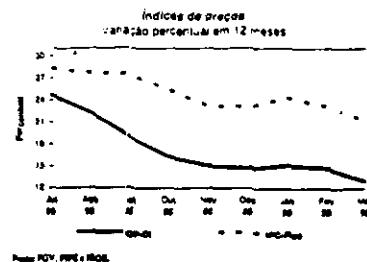
3. A produção industrial no país apresentou redução de 2,41%, dados desazonalizados, nos doze meses terminados em fevereiro. Tal desempenho é compatível com a estratégia de flexibilização gradual das restrições monetárias.

3. Relativamente à utilização da capacidade instalada na indústria paulista, observou-se redução de 0,75 ponto percentual entre dezembro de 1995 e fevereiro de 1996, na série com ajuste sazonal. Dados da CNI, para 12 estados da federação, indicam crescimento de 0,35 ponto percentual no mesmo período. O patamar atingido em fevereiro sugere existir margem no nível de utilização, o que permite a reavaliação esperada para o setor sem comprometimento das expectativas inflacionárias.

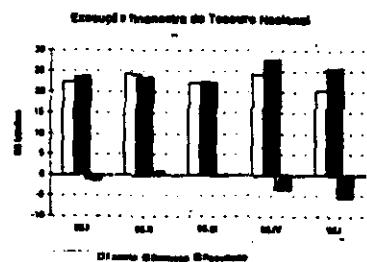


4. A redução do nível de atividade na indústria tem contribuído para a queda do nível de emprego no setor. Segundo informações da Fiesp, o emprego industrial registrou redução de 1,7% nos dois primeiros meses do ano.

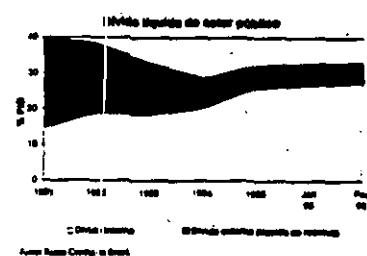
5. As taxas de inflação da indústria, taxa de preços e variação de preços de consumo, continuaram a convergir, no primeiro trimestre, com aumento sazonal em fevereiro e redução em março. A queda da inflação nos dois últimos meses finaliza a não existência de contaminação dos índices em decorrência de elevações pontuais de preços. No que se refere às taxas acumuladas em 12 meses, permanece o movimento de queda, merecendo destaque os resultados do mês de março, em especial o IPC-Fipe, que apresentou a menor taxa de variação anual em 22 anos.



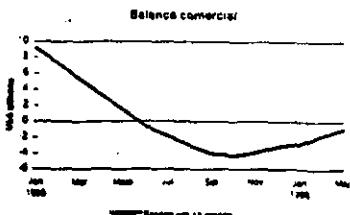
6. A execução financeira do Tesouro Nacional no primeiro trimestre de 1996 foi deficitária em R\$ 3,3 bilhões. As receitas alcançaram R\$ 20,3 bilhões, representando queda real de 9% em relação ao mesmo período de 1995, se utilizado o IGP-DI como deflator, enquanto as despesas somaram R\$ 25,7 bilhões, significando aumento real de 9%. O resultado primário, que exclui as despesas líquidas com juros nominais e cálcula as receitas pelo regime de competência, foi superavitário em R\$ 2,8 bilhões no trimestre.



7. A dívida líquida do setor público, composta pelas dívidas interna e externa do governo federal e Banco Central, dos estados e municípios e das empresas estatais, totalizou R\$ 220,1 bilhões, em fevereiro de 1996, correspondendo a 32,9% do PIB. O endividamento externo apresentou redução de 9,2% em relação ao saldo de dezembro de 1995, refletindo o acúmulo de reservas no período. A esterilização do acréscimo de liquidez, provocado pelo ingresso de divisas, repercutiu sobre a dívida interna, que atingiu R\$ 182,4 bilhões, passando a representar 27,3% do PIB ante 25,9% em dezembro de 1995.

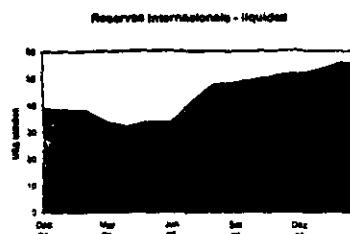


A balança comercial no primeiro trimestre de 1996 apresentou déficit de U\$ 51 mil milhões. Em bases anuais, o déficit comercial, que chegou a atingir U\$ 4,3 bilhões em outubro de 1995, caiu continuamente, totalizando U\$ 0,9 bilhão em março, refletindo os resultados da política governamental de restringir os fluxos líquidos de comércio e, assim, reduzir pressões sobre o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos.



9. Do ponto de vista do câmbio contratado, as operações comerciais proporcionaram superávit de U\$ 3,5 bilhões no primeiro trimestre de 1996, acumulando resultado positivo de U\$ 13,1 bilhões no período de 12 meses encerrado em março. Considerando-se o movimento global do câmbio contratado no segmento de taxas livres, nos primeiros três meses de 1996 foi registrado superávit de U\$ 6,3 bilhões. As transações financeiras geraram ingressos líquidos de U\$ 2,8 bilhões, com destaque para a participação dos investimentos diretos, contribuindo com aproximadamente 42% desse montante e consolidando um crescente fluxo de ingressos que, em base anual, alcançou quase U\$ 4 bilhões em março de 1996.

10. No contexto de elevada oferta líquida de divisas, coube ao Banco Central ajustar as condições do mercado para evitar valorização da taxa de câmbio. Como resultado da absorção do excedente de divisas, as reservas internacionais apresentaram expressivo aumento no primeiro bimestre do ano. No mês de março, as reservas apresentaram leve redução, reflexo das medidas disciplinadoras dos fluxos de capitais a curto prazo, adotadas em fevereiro.



#### B. Política monetária no primeiro trimestre de 1996

11. A programação monetária, elaborada em janeiro último, estimou para a média mensal dos saldos diários da base monetária, em março de 1996, valores em um intervalo de R\$ 17,0 bilhões a R\$ 19,9 bilhões, com crescimento de 17,8% em doze meses. A média mensal dos saldos diários da base monetária no mês de março situou-se em R\$ 14,0 bilhões, com crescimento de 15,1% em relação a março de 1995.

**Quadro 1. Resultados ocorridos e previstos pela programação monetária no primeiro trimestre de 1996**

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Varição percentual em 12 meses M	R\$ bilhões	Varição percentual em 12 meses
M1 *	112,2 - 143,8	27,3	23,4	29,8
Base monetária **	110,0 - 162,0	17,8	18,0	15,1
Base ampliada ***	122,0 - 143,2	65,4	137,2	71,1
M4 ****	234,8 - 275,7	35,6	263,5	40,0

\* Ponto Banco Central do Brasil

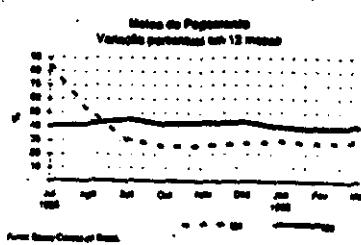
\*\* Para o cálculo das variações monetárias considera-se o saldo médio das provisões

\*\*\* Média das médias das bases monetárias do período

\*\*\*\* Saldo em R\$ de partes.

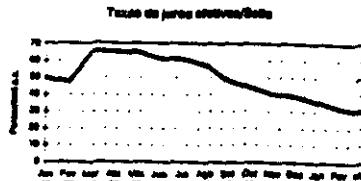
12. A base monetária ampliada, saldo de final de período, alcançou R\$ 137,2 bilhões em março, com crescimento de 71,1% em relação a março de 1995 e 12,1% em relação a dezembro de 1995, evoluindo dentro dos limites previstos na programação monetária (R\$ 122,0 bilhões a R\$ 143,2 bilhões). As operações do Tesouro Nacional, a absorção de recursos externos e os juros da dívida pública federal foram os principais responsáveis pelo crescimento da base, nesse início de ano.

13. Da mesma forma, os meios de pagamento (M1) se comportaram dentro do previsto pela programação monetária indicativa (R\$ 21,2 bilhões a R\$ 24,8 bilhões). A média dos saldos diários do M1 atingiu R\$ 23,4 bilhões em março, com crescimento de 39,8% em doze meses.



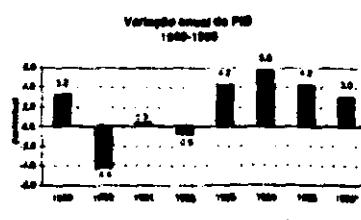
14. Reavivamento do indicador mais amplo de liquidez da economia, o M2, saldo de final de março, R\$ 235,5 bilhões, também situou-se dentro do intervalo previsto na programação monetária para o trimestre (R\$ 234,8 bilhões a R\$ 275,7 bilhões). Embora tenha ocorrido incrementos nos outros agregados, o maior crescimento proporcional verificou-se no M2, com o aumento dos títulos públicos, em função das operações de esterilização da liquidez derivada do ingresso de recursos externos e dos déficits do setor.

15. A taxa de juros, que exerceu papel de destaque no período de consolidação da estabilidade dos preços, a partir da implantação do Real, continua sua tendência de decínio gradual, iniciado em meados de 1993, no bojo do processo de abrandamento da política monetária, que incluiu, também, trajetória declinante para as alíquotas dos recolhimentos compulsórios. A taxa cieiva Selic foi reduzida de 65,0% a.a. em março de 1995, para 30,2% a.a. em março de 1996.



### C. Perspectivas para 1996

16. O nível de atividade econômica, após apresentar recuperação no final de 1995, revelou arrefecimento no começo do ano. Entretanto, o processo de flexibilização da política monetária deverá, no transcorrer do ano, impactar favoravelmente o nível do produto, sugerindo taxa de crescimento para o PIB em torno de 3% em 1996. Confirmando-se essa taxa, o crescimento médio do produto no quadriênio 1993-1996 será da ordem de 4,3% ao ano.



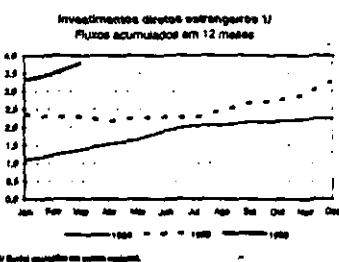
17. A redução contínua da inflação, quando analisada sob a ótica dos últimos 12 meses, em um quadro de desindexação e de aprofundamento da inserção externa da economia, permite que se antecipe para o ano de 1996, a exemplo do ocorrido em 1995, continuação de queda gradual das taxas de inflação.

18. Embora o ajuste das contas públicas ainda não tenha atingido o nível desejado, principalmente no que se refere às esferas estadual e municipal, espera-se a modificação da estrutura de financiamento do setor público a partir do avanço nas reformas estruturais.

19. O deficit da balança comercial foi parcialmente revertido a partir de fevereiro de 1995, registrando-se superávit no último trimestre do ano. Para 1996, as previsões indicam pequeno superávit, cabendo notar que no primeiro trimestre do ano observou-se expressivo crescimento das exportações, comparativamente ao igual período do ano anterior, ao mesmo tempo em que houve decréscimo nas importações. O deficit

em conta corrente, basicamente originado de despendos líquidos da conta serviços, vem sendo financiado sem perda de reservas, refletindo a continuidade do ingresso de capitais externos no país.

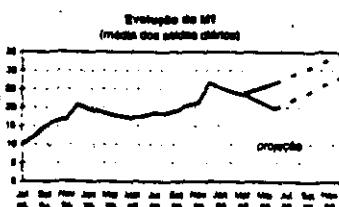
20. A partir das medidas de restrição à entrada de capitais especulativos, adotadas em fevereiro, juntamente com a consolidação do processo de estabilização macroeconómica, espera-se a ampliação do ingresso de recursos de mais longo prazo, especialmente sob a forma de investimentos diretos. Assim, será minimizado o risco de volatilidade nos fluxos de capitais e o país poderá dispor de poupanças externas mais adequadas para alavancar o crescimento da economia.



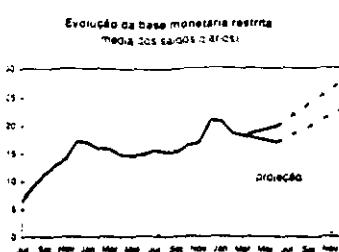
### D. Metas indicativas da evolução dos agregados monetários

21. A programação dos principais agregados monetários para o segundo trimestre, bem como a revisão dos indicadores para o ano de 1996, levou em consideração trajetórias prováveis da inflação, do PIB, das taxas de juros, do desempenho do setor externo, do comportamento do Tesouro Nacional e da assistência de liquidez ao sistema financeiro.

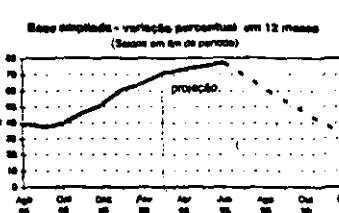
22. A média mensal dos saldos diários do M1 no mês de junho de 1996 deverá situar-se no intervalo de R\$ 19,7 bilhões a R\$ 26,6 bilhões. Para o mês de dezembro de 1996, o intervalo projetado ficou entre R\$ 28,2 bilhões e R\$ 34,4 bilhões.



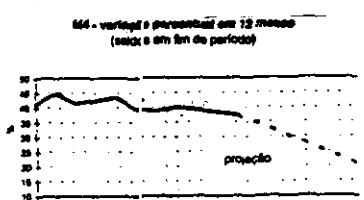
23. A evolução da base monetária restrita para a comunidade monetária, determinada a partir da média monetária (poder-moeda), juntando suas referências monetárias, medida também pela média dos saldos diários, por meio do uso do multiplicador da base monetária, calculado a partir de projeções realizadas com base na disponibilidade e tendência de cada um de seus componentes. A evolução da base monetária foi estimada em um intervalo de R\$ 16,8 bilhões a R\$ 19,7 bilhões, para junho de 1996, e de R\$ 22,4 bilhões a R\$ 27,4 bilhões para dezembro de 1996.



24. As metas indicativas para a base monetária ampliada, medidas pelos saldos de fim de período estimadas a partir da base restrita, de pressupostos para as taxas de overnight TR e de projeções para as operações do setor externo, do Tesouro Nacional e da assistência de liquidez indicam, para o mês de junho de 1996, intervalo de R\$ 134,0 bilhões a R\$ 157,8 bilhões e, para dezembro de 1996, de R\$ 145,1 bilhões a R\$ 177,4 bilhões.

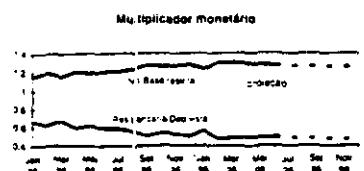


25. Assumindo-se a base ampliada como referência adicional na condução da política monetária, mediante o pressuposto de que através do seu controle será possível o monitoramento da evolução do agregado mais global da economia, estima-se a evolução do M4, chegando a valores para saldos em fim de período no intervalo de R\$ 252,3 bilhões a R\$ 296,1 bilhões no mês de junho de 1996 e de R\$ 272,8 bilhões a R\$ 333,4 bilhões no mês de dezembro de 1996.



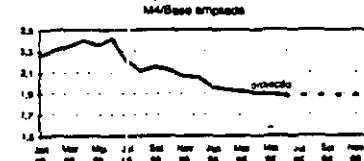
26. O multiplicador monetário da base restrita apresentou tendência de crescimento ao longo de 1995, refletindo a redução das exigências de recolhimentos compulsórios. Para o ano de 1996, esse multiplicador foi projetado com leve queda, como resultado da tendência de crescimento, no curto prazo, da relação papel-moeda em poder do público sobre o M1.

Multiplicador monetário



27. Após registrar aceleração durante o primeiro semestre de 1995, o multiplicador da base ampliada apresentou trajetória declinante até o primeiro trimestre de 1996. Para o restante do ano, projetou-se pequena queda, refletindo, em última instância, crescimento das emissões de títulos privados em ritmo menos acelerado que o do agregado M4.

Multiplicador monetário M4/Base ampliada



Quadro 2. Programação monetária para 1996/1

Discriminação	Segundo trimestre		Ano *
	R\$ bilhões	Ano *	
M1 *	19,7 - 20,6		28,2 - 34,4
Base restrita *	16,8 - 19,7		22,4 - 27,4
Base ampliada **	134,4 - 157,8		145,1 - 177,4
M4 ***	252,3 - 296,1		272,8 - 333,4

Fonte: Banco Central do Brasil

\* Referente ao último mês do período.

\*\* Média das cotações das duas últimas no mês.

\*\*\* Saldos em fim de período.

Quadro 3. Evolução dos agregados monetários

Discriminação	1995		1996		Ano *	
	Primeiro trimestre		Segundo trimestre **			
	R\$ bilhões	Var. %	R\$ bilhões	Var. %		
	em	em	em	em		
	12 meses	12 meses	12 meses	12 meses	12 meses	
M1 *	26,8	27,6	23,4	29,8	31,0	
Base restrita **	20,7	20,2	18,0	15,1	24,6	
Base ampliada **	122,4	51,9	137,2	71,1	157,3	
M4 M	251,3	43,5	263,5	40,0	274,2	
					303,1	
					20,5	

Fonte: Banco Central do Brasil

\* Referente ao último mês do período.

\*\* Projeção.

\*\* Ponto médio das provisões.

\*\* Média das cotações das duas últimas no mês.

\*\*\* Saldos em fim de período.

Quadro 4. Multiplicador monetário \*

Discriminação	1995		1996		Ano *	
	Primeiro trimestre		Segundo trimestre **			
	Multiplicador	Var. %	Multiplicador	Var. %		
	em	em	em	em		
	12 meses	12 meses	12 meses	12 meses		
Multiplicador **	1,200	6,2	1,301	12,6	1,255	
Reconciliador, var. %	0,497	-19,6	0,487	-27,4	0,467	
Papel monetário **	0,496	12,9	0,482	-12,2	0,474	
Média ampliada **	2,053	-5,3	1,920	-18,2	1,880	

Fonte: Banco Central do Brasil

\* Referente ao último mês do período.

\*\* Projeção.

\*\* Média das cotações das duas últimas no mês.

\*\*\* Saldos em fim de período.

**LEGISLAÇÃO CITADA****LEI Nº 9.069, DE 29 DE JUNHO DE 1995**

**Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências.**

**CAPÍTULO II****Da Autoridade Monetária**

**Art. 6º** O Presidente do Banco Central do Brasil submeterá ao Conselho Monetário Nacional, no início de cada trimestre, programação monetária para o trimestre, da qual constarão, no mínimo:

I – estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários compatíveis com o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda; e

II – análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre, e justificativa da programação monetária.

**§ 1º** Após aprovação do Conselho Monetário Nacional, a programação monetária será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

**§ 2º** O Congresso Nacional poderá, com base em parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária a que se refere o **caput** deste artigo, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento.

**§ 3º** O decreto legislativo referido no parágrafo anterior limitar-se-á à aprovação ou rejeição **in toto** da programação monetária, vedada a introdução de qualquer alteração.

**§ 4º** Decorrido o prazo a que se refere o § 2º deste artigo, sem apreciação da matéria pelo Plenário do Congresso Nacional, a programação monetária será considerada aprovada.

**§ 5º** Rejeitada a programação monetária, nova programação deverá ser encaminhada, nos termos deste artigo, no prazo de dez dias, a contar da data de rejeição.

**§ 6º** Caso o Congresso Nacional não aprove a programação monetária até o final do primeiro mês do trimestre a que se destina, fica o Banco Central do Brasil autorizado a executá-la até sua aprovação.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

*Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nomes indicados para cargos cujo provimento depende de sua prévia aquiescência.*

**MENSAGEM N° 166, DE 1996  
(Nº 378/96 na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal.

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 53, inciso II, alínea a, e no art. 56, do Anexo I ao Decreto nº 1.756, de 22 de dezembro de 1995, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Marcelo Didier, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.

Os méritos do Embaixador Marcelo Didier, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de maio de 1996. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM N° 198/DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 3 de maio de 1996

Excelentíssimo Senhor Presidente da república,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 53, inciso II, alínea a, e no art. 56, do Anexo I ao Decreto nº 1.756, de 22 de dezembro de 1995, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Marcelo Didier, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Marrocos.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **Curriculum Vitae** do Embaixador Marcelo Didier, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência serão apresentados ao Senado Federal para exame de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Luiz Felipe Lampreia** Ministro de Estado das Relações Exteriores.

**INFORMAÇÃO****Curriculum Vitae**

Ministro de Segunda Classe Marcelo Didier.  
Rio de Janeiro/RJ, 23 de junho de 1937.  
Filho de Celso de Moraes Maciel Didier e Helena de Lacerda Didier.  
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FND-UB.  
CAE, IRBr.  
Orientador do CPCD, IRBr, 1979.  
Terceiro Secretário, concurso, 20 de janeiro de 1964.  
Segundo Secretário, merecimento, 31 de dezembro de 1966.  
Primeiro Secretário, merecimento, 1º de janeiro de 1973.  
Conselheiro, merecimento, 1º de setembro de 1977.  
Ministro de Segunda Classe, merecimento, 16 de junho de 1982.  
Encarregado do Setor Financeiro na Divisão do Pessoal, 1964/66.  
Assistente do Chefe da Divisão da América Central, 1966.  
Assistente do Chefe da Divisão de Política Comercial, 1973.  
Assistente do Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1974/76.  
Subchefe da Divisão de Produtos de Base, 1977.  
Assessor do Chefe do Departamento Econômico, 1977/78.  
Chefe da Divisão de Energia e Recursos Minerais, 1978/82.  
Sófia, Terceiro Secretário, 1964.  
Santo Domingo, Terceiro Secretário, 1965.  
Bruxelas, CEE, Terceiro Secretário, 1966/67.  
Bruxelas, CEE, Segundo Secretário, 1967/69.  
Bruxelas, CEE, Encarregado de Negócios, 1967.  
Pretória, Segundo Secretário, 1969/73.  
Pretória, Encarregado de Negócios, 1969/72.  
Pretória, Primeiro Secretário, 1973.  
Cape Town, Encarregado, 1973.  
Viena, Ministro-Conselheiro, 1982/84.  
Viena, Encarregado de Negócios, 1982 e 1983.  
Viena, Representação Especial junto às Organizações Internacionais, Ministro Conselheiro, 1984/87.  
Viena, Representante Especial Substituto, 1985/86/87.  
Lima, Ministro Conselheiro, 1987/90.  
Lima, Encarregado de Negócios, 1987/90.  
Guiné-Bissau, Embaixador, 1991/96.

Reunião do Conselho Consultivo do cacau e da Aliança dos Produtores de Cacau, Genebra, 1967 (membro).

Comissão Permanente de controle de Nomeações, 1973 (membro-suplente).

II Reunião da Comissão Mista Brasil-Itália, 1973 (delegado).

Reuniões para Negociação dos Acordos de Pesca do Camarão com Barbados, Trinidad-Tobago, EUA e Países Baixos, Brasília, 1975 (delegado).

Negociações do Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear com a RFA, Bonn, 1975 (membro).

XII Feira Internacional de Argel, 1975 (diretor-geral) do pavilhão do Brasil.

Reunião Preparatória da Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional, Paris, 1976 (membro).

Negociações do Acordo Trilateral de Salvaguardas Brasil-RFA-AIEA, Viena, 1976 (membro).

Conferência Organizadora da Avaliação Internacional do Ciclo do Combustível Nuclear, Washington, 1977 (membro).

Conferência da AIEA sobre Energia Nuclear e seu Ciclo de Combustível, Salzburgo, 1977 (membro).

Negociações sobre assuntos decorrentes do Acordo de Cooperação Nuclear Brasil-RFA, Bonn, 1977 (chefe).

Conferência de Revisão da Avaliação Internacional do Ciclo do Combustível Nuclear, Viena, 1978 (membro).

Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica-AIEA, Viena, 1978 a 1987 (governador-suplente).

Equipamentos e Tecnologia Nucleares da Junta de Governadores da AIEA, Viena, 1980 (chefe).

XI Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata, Buenos Aires, 1980 (membro).

I, V a IX e XVI a XX Sessões do Comitê da Junta de Governadores da AIEA para Garantias de Suprimento de Material, Equipamento e Tecnologia Nuclear (CAS), Viena (membro/chefe).

I e II Reuniões Extraordinárias e XII Reunião Ordinária de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia, São José, 1979, Lima e São Domingos, 1981 (membro).

Reuniões da Comissão de Ministros da OLADE, Acapulco, 1981, Rio de Janeiro, 1982 (membro).

Reunião do Comitê Interino sobre Fontes Novas e Renováveis de Energia, Roma 1982 (delegado).

I e III a VII Reuniões do Grupo de Peritos sobre Armazenamento Internacional do Plutônio da AIEA, Áustria, 1978 (membro), 1979/82 (chefe).

XVIII e XX Sessões do Comitê Permanente da Junta de Desenvolvimento Industrial da UNIDO, 1982/83 (chefe).

XVIII e XIX Sessões do Comitê Permanente da JDI, Viena, 1982/83 (chefe).

XVII Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial da JDI, da UNIDO, Viena, 1983 (membro).

III, V, VI e VII Sessões do Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas para a Promoção da Cooperação Internacional no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, Viena 1982, 1984/87.

IV Conferência Geral, ONU, para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), Viena, 1984 (membro).

XIX, XXII a XXV, XXVII a XXX Sessões da Conferência da AIEA, XIX, XXII a XXV, XXVII a XXX Sessões da Conferência da AIEA, Nova Delhi, 1979 (membro), Viena 1975, 1978, 1980 (membro) 1981 (delegado), 1982/83 (chefe), 1984/86 (delegado).

Conferência sobre o Tratado de Institucionalização do Parlamento Latino-Americano, Lima 1987 (membro).

Ordem do Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.

Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.

Medalha Lauro Müller, Brasil.

Ordem do Mérito, Comendador, República Federal da Alemanha.

**Stélio Marcos Amarante**, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

#### Dados Básicos Sobre Países

País: MARROCOS

Atualização em: 26-4-96

Responsável: DAF-I

#### Síntese do País

Nome Oficial do País: REINO DO MARROCOS  
Área em Km<sup>2</sup>: 710.850

População: 27 milhõesHab. Ano: 1995

Língua: Árabe (Oficial), Francês e Espanhol

Data Nacional: 18/11 (Independência), 3/3  
(Festa do Trono)

Capital: Rabat

Fronteira com o Brasil: –

Colônia Brasileira: –

Sistema de Governo: Monarquia Constitucional  
Parlamentarista com Chefe de Estado Forte

#### Autoridades

Chefe de Estado: Rei Hassan II

Chefe do Governo: PR.-Ministro Abdellatif Filali

Chanceler: PR.-Ministro Abdellatif Filali  
Embaixador no Brasil: Sr. Larbi Reffouh

#### Presença Brasileira

Chefe do Posto: Embaixador Antonio Sabino Cantuária Guimarães

Missão Brasileira: Embaixada/ 3, Rue Cadi Benjelloun. – La Pinède – Rabat/ Tel: (002127) 73-3695/75-5151/5219/5267/ FAX: (002127) 75-5291

Outras Repartições e empresas brasileiras

#### Temas sobre o País

- Crescimento dos Movimentos Islâmicos Radicais;
- Questão do Saara Ocidental.

#### Temas da Agenda Bilateral

- Nações Unidas; Conselho de Segurança;
- Visitas Recíprocas de Altas Autoridades.

#### Visitas Oficiais

– Visita ao Marrocos do chanceler Celso Amorim (abril e outubro de 1994);

#### Atos Bilaterais

- Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares (1975);
- Acordo sobre Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica;
- Acordo Cultural (1991) e Protocolo de Cooperação Geológica e Mineral (1991).

#### Comércio Bilateral

Exportações do Brasil: US\$175.057.263,00  
Ano: 1975

Principais Produtos: Açúcar demerava, de cana, açúcar cristal, de cana, madeira de Pinus, paletes, estrados p/carga, madeira.

Importações para o Brasil: US\$49.937.112,00  
Ano: 1995

Principais Produtos: Ácido Ortofosfórico, Preparação/Conserva de Sardinhas, Fosfato de Cálcio, Minério de Chumbo, Superfosfato.

#### Economia

PIB: US\$26,6 BilhõesAno: 1993

Moeda/Câmbio: Dirrā Marroquino/8,48 DM = 1US\$

Princ. Ativ. Econômica: Agricultura (15%), Indústria (32%)

Serviços (53%) com relação ao PIB

Exportações Totais: US\$3.900.000.000,00  
Ano: 1992

**Principais Produtos:** Fosfato, alimentos e bebidas, produtos manufaturados e intermediários

**Importações Totais:** US\$6.900.000.000,00 **Ano:** 1992

**Principais Produtos:** Bens de capital, petróleo bruto, bens de consumo, alimentos, bebidas, tabaco

**Déficit:** US\$3.000.000.000,00 **Período:** jan/dez 1992

### Informações para Viagem

Vôos do Brasil: Vasp (São Paulo – Casablanca)

Exigência de Visto:

Fuso Horário: + 3 horas

Corrente Elétrica:

Padrão de TV:

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

### MENSAGEM N° 167, DE 1996

(Nº 379/96, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 84, inciso VII, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 53, inciso II, alínea a, e no art. 54, do Anexo I ao Decreto nº 1.756, de 22 de dezembro de 1995, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Adolf Liberti Westphalen, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Iugoslávia.

Os méritos do Embaixador Adolf Liberti Westphalen, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de maio de 1996. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM N° 202/DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília 3 de maio de 1996

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 53, inciso II alínea a e no art. 54 do Anexo I ao Decreto nº 1.756, de 22 de dezembro de 1995, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada a indicação do Senhor Adolf Liberti Westphalen, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Em-

baixador do Brasil junto à República Federal da Iugoslávia.

2. Encaminho, igualmente em anexo informação sobre o país e currículum Vitae do Ministro de Segunda Classe Adolf Liberti Westphalen, que juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Luiz Felipe Lampreia**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

### INFORMAÇÃO

### Curriculum Vitae

Ministro de Segunda Classe Adolf Liberti Westphalen

Salvador – BA, 10 de março de 1939.

Filho de Hans Liberti Westphalen e Herma Angela Hermine Westphalen.

Bacharel em Ciências Econômicas, Universidade da Bahia. Curso de Análise Econômica, Conselho Nacional de Economia, Curso de Programação Econômica, Ipea, Miniplan.

CPCD, IRBr.

Curso da Academia Diplomática de Viena-Austria.

Mestrado em Relações Internacionais, Universidade de Boston, Estados Unidos da América.

Terceiro Secretário, 17 de fevereiro de 1966.

Segundo Secretário, antigüidade, 30 de abril de 1968.

Primeiro Secretário, merecimento, 27 de julho de 1973.

Conselheiro, merecimento, 12 de junho de 1978.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 22 de dezembro de 1982.

Assistente do Chefe da Divisão de Política Comercial, 1966.

Assistente do Chefe da Divisão de Política Financeira, 1967.

Assistente do Chefe da Divisão de Pessoal, 1968.

Subchefe da Divisão de Pessoal, 1974/77.

Coordenador de Planejamento Administrativo e Programação Financeira, do Departamento Geral de Administração, 1978/79 e 1982/84.

Coordenador, da Coordenadoria de Planejamento e Programação Financeira, do Departamento Geral de Administração, 1982/83.

Chefe, substituto, do Departamento Geral de Administração, 1983/85.

Secretário de Informações do Exterior, 1989.

Chefe de Gabinete do Secretário-Geral Executivo, 1990/91.

Chefe do Departamento de Comunicação e Documentação, 1992/96.

Londres, Segundo Secretário, 1969/72.

Londres, Chefe do Setor Comercial, 1969/72.

México, Segundo Secretário, 1973.

México, Primeiro Secretário, 1973/74.

Genebra, Delegação Permanente, Conselheiro, 1979/82.

Georgetown, Encarregado de Negócios, a.i., 1986.

Bonn, Ministro-Conselheiro, 1985/88.

Bonn, Encarregado de Negócios, a.i., 1986/88.

Conferência Negociadora do Convênio International do Café, Nova Iorque, 1966 (assessor).

III Reunião da Cecia, México, 1966 (assessor).

Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Monetários, ALALC, México, 1967 (delegação).

Conferência da ONU sobre Estanho, Genebra, 1970 (delegado).

Sessão Especial do Grupo de Estudo sobre Sementes Oleaginosas, Óleos e Gorduras, FAO, Londres, 1971 (representante).

I Reunião Latino-Americana de Chefes de Organismos de Promoção Comercial, México, 1974 (delegado).

Conferência de Tlatelolco entre os Chanceleres da América Latina e o Secretário de Estado dos EUA, 1974 (Secretário-Geral).

IV Sessão do GT sobre a Carta de Direitos e Deveres dos Estados, UNCTAD, México, 1974 (subchefe).

II Sessão Regular de 1979 do ECOSOC (delegado).

XIX, XX e XXI Sessões da Junta de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD, 1979/80 (delegado).

Conferência das Nações Unidas para a elaboração de uma Convenção sobre Transporte International Multimodal, 1979/80 (subchefe).

IV Sessão da Conferência das Nações Unidas Negociadoras de um Fundo comum sobre o Programa Integrado de Produtos de Base, 1980 (delegado).

IX Sessão do Comitê de Invisíveis e Financiamento relacionada com o Comércio, 1980 (subchefe).

X Sessão do Comitê de Transporte Marítimo, 1980 (presidente da sessão).

Conferência das Nações Unidas sobre Juta, Genebra, 1981 (chefe).

Professor, Examinador do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e do Curso de Altos Estudos (CAE) – IRBr, 1992-94.

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil.

Medalha do Pacificador, Brasil.

Medalha do Mérito Tamandaré, Brasil.

Prêmio Correa Lima, Ministério do Exército, Brasil.

Prêmio Rio Branco/Medalha de Vermeil, IRBr, Brasil.

Ordem do Mérito, Grã Cruz, RFA.

Ordem do Infante Dom Henrique, Oficial, Portugal.

**Stélio Marcos Amarante** – Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

## REPÚBLICA FEDERAL DA IUGOSLÁVIA

### 1. Dados Básicos

Nome oficial: República Federal da Iugoslávia

Área: 102.200 km<sup>2</sup>

População: 10.394.000 habitantes (90)

Composição étnica: sérvios, montenegrinos, albaneses, húngaros, eslavos muçulmanos, romenos, croatas e ciganos

Densidade demográfica: 203 hab/km<sup>2</sup> (90)

Capital: Belgrado

Língua: servo. Falados também húngaro, albanês e outros

Data nacional: 27 de abril (data da Constituição Federal)

Moeda: novo dinar iugoslavo

### 2. Sistema Político

A República Federal da Iugoslávia é um Estado federal e parlamentarista, composto pelas Repúblicas da Sérvia e do Montenegro e pelas Províncias autônomas do Kosovo e da Voivodina. Essas quatro unidades políticas, juntamente com as Repúblicas, agora independentes, da Croácia, Eslovênia, Macedônia e Bósnia-Herzegovina, compunham a extinta República Socialista Federativa da Iugoslávia.

### 3. Principais Autoridades

Presidente da República Federal: Zoran Lilic

Presidente da República da Sérvia: Slobodan Milosevic

Presidente da República do Montenegro: Mirko Bulatovic

Ministro dos Negócios Estrangeiros: Milan Milutinovic

### 4. Conflito e Processo de Paz

A desintegração da República Socialista Federativa da Iugoslávia, no cerne das mudanças ocorri-

das no Leste europeu a partir de 1989, pôs fim ao mais longo período de paz da História européia, ocasionando na Península Balcânica intenso conflito de cunho não apenas étnico, mas também religioso e econômico.

A guerra nos Balcãs, que durou quatro anos, infligiu terríveis padecimentos materiais e morais às populações envolvidas, as principais das quais foram os sérvios, croatas e bósnios muçulmanos.

Embora o ápice da tragédia balcânica tenha ocorrido na Bósnia-Herzegovina, região que concentra maioria de bósnios muçulmanos (eslavos islamicados), sempre se imputou ao Governo predominantemente sérvio de Belgrado grande parte da responsabilidade pela mesma, em razão do apoio, ostensivo ou velado, fornecido ao radicalismo dos líderes sérvios na Croácia e na Bósnia, que acirrou a disputa das melhores terras balcânicas por motivos históricos de fundo étnico-religioso.

O conflito encontrou termo após a negociação e rubrica dos Acordos de Dayton (Ohio), em 21 de novembro de 1995, e sua subsequente assinatura, em Paris, no dia 14 de dezembro do mesmo ano.

Vale lembrar que esses Acordos ocasionaram também a suspensão das sanções impostas à Iugoslávia pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, que aprovou, em 22 de novembro de 1995, três resoluções relativas à ex-Iugoslávia: Resolução nº 1.021, que tratou do término do embargo de armas imposto à área da ex-Iugoslávia; Resolução nº 1.022, que suspendeu as sanções contra a República Federal da Iugoslávia e os bósnios-sérvios; e Resolução nº 1.023, que felicitou a conclusão de um acordo para a região da Eslavônia Oriental.

As mais recentes consequências do processo de paz a consolidar-se desde a assinatura dos Acordos de Dayton-Paris têm sido o reconhecimento da República Federal da Iugoslávia por parte de vários países europeus (como Alemanha, Bélgica, Reino Unido, Países Baixos) e não-europeus (Canadá) e o reacreditamento de Embaixadores por parte dos países que haviam rebaixado o nível de suas representações diplomáticas em Belgrado durante o conflito.

## 5. Principais Indicadores Econômicos

**Moeda:** novo dinar iugoslavo

**Produto Nacional Bruto:** US\$9,5 bilhões (1993)

**Renda per capita:** US\$900 (1993)

**Inflação:** 116.540.000% (1993). A reforma monetária de Dragoslav Avramovic conseguiu frear abruptamente a hiperinflação na RFI a partir de 24 de janeiro de 1994. O Governo iugoslavo proclamou,

um ano depois, no início de 1995, a intenção de manter estáveis os preços e a quotação do dinar, que pretendia fosse de um por um em relação ao marco alemão.

**Dívida Externa:** US\$16,5 bilhões (1991)

## 6. Relações com o Brasil

O Governo brasileiro, fiel ao princípio de autodeterminação dos povos, decidiu reconhecer a independência das Repúblicas da Eslovênia e da Croácia em 24 de janeiro de 1992. Por ocasião da criação da República Federal da Iugoslávia, 17 de abril de 1992, o Governo brasileiro entendeu que não se fazia necessário o reconhecimento do recém-criado país, o qual foi aceito como Estado sucessor de facto da antiga República Socialista Federativa da Iugoslávia.

O Brasil reconheceu a independência da República da Bósnia-Herzegovina em 11 de junho de 1992, por ocasião da admissão daquele país como membro da Organização das Nações Unidas, e da República da Macedônia em 17 de outubro de 1995, com a denominação de antiga República Iugoslava da Macedônia/Former Yugoslav Republic of Macedonia (FYROM), denominação provisória sob a qual foi admitida na ONU.

O Brasil votou favoravelmente às resoluções do Conselho que impuseram: 1) embargo de armas à Repúblicas da ex-Iugoslávia; 2) embargo de mercadorias à atual República Federal da Iugoslávia; 3) congelamento de fundos da ex-Iugoslávia no exterior e arresto de navios e material de transporte suspeito de envolvimento em operações comerciais ilícitas com a República Federal da Iugoslávia; 4) estabelecimento de um tribunal especial para julgamento de violações do direito humanitário na ex-Iugoslávia; e 5) criação de zonas protegidas em várias áreas da Bósnia-Herzegovina.

Além disso, o Governo brasileiro tornou obrigatória as sanções econômicas e comerciais aplicadas à Iugoslávia pelas Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, inclusive as Resoluções que revogaram as sanções estabelecidas, incorporando-as ao Direito interno brasileiro.

Embora o Brasil, por ocasião do eclodir da guerra, tenha retirado seu Embaixador de Belgrado, foi cuidadoso em manter um Encarregado de Negócios a.i. à frente da Missão na capital iugoslava durante todo o decorrer do conflito.

Em fevereiro do corrente ano – já assinamos os Acordos de Dayton-Paris – o Chefe do Departamento da Europa, Embaixador Francisco Junqueira, esteve na Iugoslávia, em missão oficial, quando deu

ciência ao Governo daquele país da intenção do Governo brasileiro de elevar o nível da representação do Brasil em Belgrado, com a solicitação de agrément para novo Embaixador do Brasil na capital iugoslava.

O Governo da Iugoslávia, por sua vez, também solicitou agrément para o atual Encarregado de Negócios, a.i., em Brasília, Embaixador David Dasic, no intuito de elevar o nível da representação iugoslava em Brasília.

## 7. Comércio Brasil-Iugoslávia

US\$ mil – FOB

Exportação	Importação	Saldo
1993	10.46	1.10
1994	11.70	1.86
1995	16.87	1.90
		8.35
		9.83
		14.88

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

## AVISOS

### DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 138/96, de 7 de maio do corrente do Ministro das Comunicações, referentes ao Requerimento nº 277, de 1996, de informações, do Senador João Rocha.

Nº 221/96, de 7 de maio do corrente, do Ministro da Previdência e Assistência Social, referente ao Requerimento nº 290, de 1996, de informações, do Senador Gilberto Miranda.

As informações encontram-se à disposição dos requerentes na Secretaria-Geral da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado Federal que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício Senador Valmir Campelo.

É lido o seguinte:

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97 DE 1996

**Torna obrigatório o depósito da multa de 40% sobre o valor do saldo do FGTS na conta vinculada do trabalhador, no momento da rescisão do contrato de trabalho.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 18.....

§ 1º Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, depositará este, na conta vinculada do trabalhador no FGTS importância igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.

....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

## Justificação

Estima-se que parcela ponderável dos saques do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, por dispensa sem justa causa, sejam fraudulentos.

Isto ocorre, primordialmente, como resultado dos acordos estabelecidos entre trabalhadores e empregadores para que os primeiros saquem seu FGTS. Tais acordos se dão a partir da simulação tanto da demissão do empregado quanto do pagamento dos custos vinculados à rescisão do contrato de trabalho.

Esta simulação é possível porque, de acordo com a legislação que rege a matéria (art. 18 da Lei nº 8.036, de 11-5-90), o empregador deve pagar diretamente ao empregado os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior que ainda não hajam sido escolhidos, bem como a multa rescisória equivalente a 40% do montante dos depósitos realizados, na conta vinculada do trabalhador, durante a vigência do contrato de trabalho.

Assim, embora tal ônus seja declarado, pelo empregador, no recibo de quitação de rescisão do contrato, o trabalhador nada recebe. A vantagem para este último é que ele passa a poder movimentar sua conta vinculada no FGTS, mesmo continuando empregado, o que, para ele, muitas vezes compensa o não recebimento da multa.

O presente Projeto de Lei visa impedir a ocorrência deste tipo de fraude. O caminho é muito simples: passa-se a exigir que o empregador, ao invés de entregar diretamente ao trabalhador a multa devida (o que, no caso dos acordos, é apenas uma simulação), passe a depositá-la na conta vinculada do trabalhador, por ocasião da rescisão do contrato de trabalho.

Com isso, não mais poder-se-á simular o pagamento da multa, o que, para o empregador, representará expressivo desestímulo ao estabelecimento do mencionado acordo fraudulento com o empregado.

Tendo em vista estas considerações, ofereço à deliberação dos prezados colegas parlamentares o presente Projeto de Lei, na certeza de poder contar com o apoio de todos aqueles que trilham o caminho da justiça.

Sala das Sessões, 13 de maio de 1996. – Senador **Júlio Campos**, PFL – MT.

#### *LEGISLAÇÃO CITADA*

#### **LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990**

##### **Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras provisões.**

Art. 18. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregador, ficará este obrigado a pagar diretamente ao empregado os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior que ainda não houver sido recolhido, sem prejuízo das cominações legais.

§ 1º Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, pagará este diretamente ao trabalhador importância igual a 40% (quarenta por cento) do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.

(À Comissão de Assuntos Sociais – Decisão Terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – O projeto será publicado e remetido à comissão competente.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. VALMIR CAMPELO** (PTB-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o tema da reeleição do Presidente da República tem sido, ciclicamente, posto à consideração da opinião pública. Não creio que seja questão prioritária, sobretudo num país como o nosso, com tantos desafios e dramas sociais, mas também não a considero questão desprezível.

A reeleição, penso eu, é um instrumento democrático, que permite ao eleitor produzir o mais sumário, direto e contundente julgamento da administra-

ção de um governante. Funciona, para quem governa, como mais um instrumento de cobrança do governado.

Uma eventual derrota na sucessão representa a reprovação de sua gestão, o que, em tese, o induz a ser mais cauteloso em seus atos e mais generoso e zeloso no cumprimento de suas promessas e compromissos.

Nos termos atuais, essa cobrança se dá apenas quando o governante apóia alguém para sucedê-lo. Não é, porém, a mesma coisa. Sempre se poderá argumentar que o candidato não era bom, que não tinha carisma, não passava credibilidade e que a culpa, portanto, não é do governante. Com a possibilidade de reeleição, não: o julgamento é claro e objetivo – e intransferível.

É assim que funciona nos Estados Unidos, a maior democracia do planeta, que convive, sem problemas, com a reeleição. Não estou aqui a repetir o dito de que o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil. Não estou aqui para isso. Não é isso. Acho que cada país tem suas peculiaridades e deve preservá-las. Mas há princípios de ordem doutrinária que se mostram de aplicação universal. É o caso da reeleição.

Os adversários da tese invocam o risco de uso indevido da máquina administrativa do Estado. Ora, esse mau uso, quando é o caso de ocorrer, ocorre havendo ou não a reeleição. De certa forma, o governante fisiológico sente-se bem mais à vontade para permitir esse uso indevido para terceiros que para si mesmo.

É mais fácil de disfarçar, maquiar o delito, atribuí-lo a maus funcionários. Quando se trata de si mesmo, a vigilância do público, da mídia e da oposição é significativamente maior. Ouso dizer que, quando o próprio governante é o candidato, torna-se mais fácil defender a integridade da máquina administrativa. Seus passos são mais vigiados, ele próprio, mesmo não tendo escrúpulos, tem mais cautela. Estratagemas tais como inauguração de obras de fachada, nomeações irresponsáveis e outras ações de curto demagógico sofrem a inibição do protesto instantâneo dos adversários e da mídia.

Basta conferir: onde é que mais distorções ocorrem nessa matéria – nos Estados Unidos, onde há reeleição, ou no Brasil, onde não há? Aqui, o estereótipo do governante que manipula sua sucessão, valendo-se da caneta e do **Diário Oficial**, é, em numerosos Estados e municípios, a regra. A exceção é o contrário.

Creio que o Presidente Fernando Henrique tem todo o direito de pleitear a adoção do instituto da

reeleição. Está fazendo uma administração ousada e renovadora, que exige sacrifícios da sociedade, mas que lhe oferece a perspectiva de um país economicamente saneado num futuro próximo.

O Presidente, que promove esse processo e colhe alguma incompreensão, decorrente das dificuldades inerentes às transformações, quer ter a oportunidade de ele próprio colher os frutos positivos que está plantando. Acho justo, desde que o Estado não seja onerado, desde que as práticas políticas não sejam corrompidas.

Creio que não o serão. Conhecemos o Presidente da República. É um homem de bem, íntegro, que chegou ao lugar que hoje ocupa depois de realizar carreira de projeção internacional como professor, intelectual e parlamentar. Jamais, em toda a sua carreira, em momento algum, foi questionado em sua reputação de homem probó. Não creio que isso mudaria exatamente quando está posto na vitrina da Presidência da República. Não faz sentido.

Vejo o instituto da reeleição como fortalecedor do processo democrático, desde que acompanhado de mecanismos tendentes a proteger o Estado e a coibir o uso indevido da máquina. Não é uma tarefa difícil. Ao longo desses anos, em que temos nos empenhado em sanear a vida pública brasileira, desenvolvemos alguns desses mecanismos.

Um país que promoveu o **Impeachment** de um Presidente da República de maneira absolutamente pacífica e transparente não tem por que temer a reeleição. Somos favoráveis à adoção desse instituto e o consideramos mais um instrumento de pressão e fiscalização posto ao alcance do eleitor-contribuinte.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Valmir Campelo, o Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lúdio Coelho.*

**O SR. PRESIDENTE** (Lúdio Coelho) – Concedo a palavra ao Senador Júlio Campos.

**O SR. JÚLIO CAMPOS** (PFL-MT) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, todo ser humano tem direito a um adequado padrão de vida para si e sua família, incluindo alimentação, vestuário e moradia. Os organismos internacionais voltados para a defesa dos direitos humanos estabelecem isso, pois, além de ser um direito natural e inalienável de cada ser humano, ainda é incomensurável o número de pessoas que não gozam desses direitos ou que os tem apenas de forma precária e insuficiente.

No Brasil, os dados são muito contraditórios e conflitantes, mas números oficiais relatados pelo Diretor de Habitação da Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento e Orçamento, Edson Ortega Marques, no início do corrente ano, dão conta de que o déficit habitacional em nosso País é de 3,3 milhões de moradias na área urbana, enquanto que o número de habitações que necessitam de melhorias básicas que as tornem minimamente habitáveis é da ordem de 7 milhões. Em termos de recursos, segundo estimativas dessa mesma Secretaria, seriam necessários R\$36 bilhões para a construção dessas novas moradias e R\$17 bilhões para aquelas que precisam de reformas, o que perfaria um total de R\$53 milhões para o programa de construção de casas no nosso País.

Existem estatísticas publicadas em jornais que fornecem outros números, afirmando inclusive que o déficit habitacional de moradias novas ascendem a mais de 10 milhões. Considerando, porém, que os números governamentais já são por si avultados, restringir-me-ei a eles.

Pelo que se observa na magnitude desses números, é legítimo concluir que, a depender dos orçamentos federais, tão cedo esse problema não será resolvido. Para o corrente ano, por exemplo, a proposta governamental é de liberar R\$4 bilhões e 600 milhões para o setor, a serem aplicados em obras de infra-estrutura e na construção de casas. O montante em si é bastante generoso, mas ínfimo, se consideradas as necessidades globais da nossa população.

O problema habitacional brasileiro é grave por uma razão específica: a falta de uma política habitacional uniforme, coerente e durável. Em razão disso, a cada Governo, estabelecem-se metas e projetos que não têm qualquer continuidade no Governo seguinte. Assim, a cada quatro anos, há uma política habitacional diferenciada, que, muitas vezes, desconsidera as iniciativas anteriores e não leva em conta os recursos advindos das mudanças.

Ainda na semana passada, o eminente Senador do Ceará Lúcio Alcântara ocupou a tribuna desta Casa para trazer a sua preocupação em relação ao assunto, e até falou sobre esse encontro internacional que a ONU deverá realizar no mês de junho na Turquia, em que será abordado o assunto do Habitat II, que se refere ao problema habitacional do mundo. Hoje, aqui no Brasil, este programa é um caso de calamidade pública.

Assim, a cada quatro anos, tem-se uma política habitacional diferenciada, que muitas vezes descon-

sidera as iniciativas anteriores e não leva em conta os recursos advindos das mudanças.

Essa crise, Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem assumindo, nos últimos tempos, uma característica peculiar e preocupante: hoje, ela atinge praticamente todos os municípios brasileiros e também a zona rural. Não apenas nas cidades brasileiras há crise habitacional. Nas cidades do interior é cada vez maior o número de famílias que não têm onde morar. Na própria Capital da República, Brasília, vemos milhares de famílias morando debaixo de pontes e de Iona, em casebres e em áreas invadidas, sem que haja preocupação alguma por parte do Governo Federal e do próprio Governo do Distrito Federal.

**O Sr. Lúcio Alcântara** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JÚLIO CAMPOS** – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup> com muita honra.

**O Sr. Lúcio Alcântara** – Na oportunidade do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, queria apenas dizer que, nessa conferência, será discutida a questão da habitação e das cidades de uma maneira geral, inclusive repassando experiências bem sucedidas no sentido de baratear os custos dessas iniciativas, de forma a ampliar a oferta de habitação para a população mais carente. Nesse particular, o Governo do Presidente Fernando Henrique trouxe algumas iniciativas, não apenas de preparar um Plano Nacional de Ação, que vai ser levado também a Istambul, mas no terreno prático eu cito, pelo menos, duas dessas providências: primeiro, para a classe média e média baixa, a concessão de um financiamento direto ao comprador. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que antigamente quem era financiado era o construtor, a empresa, e com isso a possibilidade de negociação por parte do comprador caía muito. Hoje não. É concedido um crédito num valor determinado até R\$35 mil, salvo engano, e aí o comprador se dirige às diversas empresas que trabalham na área, e compram onde achar conveniente, de acordo com as suas possibilidades; isso é um grande avanço. Segundo, a instituição dos conselhos nos Estados para estabelecer prioridades para o financiamento, seja de saneamento básico ou de habitação. Isso é importante, porque antigamente havia uma luta em que um município passava na frente do outro e, às vezes, dependendo do prestígio de quem defendia aquele município; hoje, esse conselho, onde estão os representantes dos Estados, dos municípios e de entidades não governamentais, em função do orçamento que é dado, estabelece quais são as prioridades, tanto o programa que deve ser priorizado como também de que município, ou

do Estado, se for o caso, deva ser financiado. Então, essas iniciativas são importantes apesar de, como disse V. Ex<sup>a</sup>, ainda estarem longe de resolver o problema do déficit habitacional sobre o qual também não nos entendemos. As estatísticas variam entre 5 a 15 milhões de moradias de déficit. Por outro lado, não sei se V. Ex<sup>a</sup> leu a Folha de S. Paulo de hoje, que traz uma pesquisa feita sobre as capitais. Os primeiros problemas que surgem nas diferentes capitais são: saúde e habitação, como pontos que mais inquietam essas populações. Queria apenas, fazendo esse aparte, congratular-me pela oportunidade do tema que V. Ex<sup>a</sup> está trazendo. Estamos esquecendo as cidades, e é nas cidades que vivem a maior parte do povo brasileiro.

**O SR. JÚLIO CAMPOS** – Na área urbana, hoje, estão 70% da população.

**O Sr. Lúcio Alcântara** – O Brasil urbanizou-se rapidamente, mas, muitas vezes, não se tem consciência da necessidade de tratar, de maneira integrada, o problema da cidade, que é segurança, é saúde, é educação, é transporte, enfim, lazer e assim por diante. Os problemas são tratados isoladamente, e o Governo Federal está profundo, Senador Júlio Campos, uma nova lei de desenvolvimento urbano, que brevemente deve chegar a esta Casa e que servirá para o Governo Federal balizar as grandes linhas da sua política de desenvolvimento urbano no Brasil.

**O SR. JÚLIO CAMPOS** – Quero incorporar com muita honra ao meu pronunciamento o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e realmente realçar que já sentimos que o atual Governo do Presidente Fernando Henrique preocupa-se com mais profundidade com relação a esse assunto do que os governos anteriores. Além do mais, sinto que realmente a política implementada recentemente pela Caixa Econômica, em fazer o financiamento direto ao cidadão que necessita de adquirir uma casa, já começou a funcionar sem o apadrinhamento político. Espero que a Caixa Econômica realmente faça um bom trabalho nesse campo.

Não podemos esquecer que isso beneficia um pouco a classe média e privilegiada, mas a classe mais pobre e humilde, dos que não têm como abrir conta na Caixa Econômica ainda está esquecida do nosso Governo. Digo nosso Governo, porque o meu Partido, o PFL, tem a responsabilidade de fazer parte do Governo Fernando Henrique Cardoso, que é do PSDB.

Além disso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, após a extinção do BNH, Banco Nacional de Habitação, um banco de fomento, pôde-se verificar uma sensível redução na atividade da construção de habitações no País. A sua substituição pela Caixa Eco-

nômica Federal, em essência um banco até certo ponto comercial, veio proporcionar uma reorientação nas diretrizes adotadas nos financiamentos dos imóveis. Como se vê, trata-se de um banco que tem por finalidade o lucro – a Caixa Econômica tem por finalidade o lucro anual; o público alvo dos financiamentos foi modificado, passando-se a atender a uma população de faixa de renda mais elevada. Em decorrência disso, houve um sensível decréscimo nos financiamentos de moradias populares, para as pessoas mais humildes, carentes e pobres deste País. Acrescente-se a isso outro fator preponderante: a falta de recursos orçamentários para o setor, decorrente da crise econômica que aflige o País, o que faz com que a cada ano se reduzam mais e mais os recursos destinados ao financiamento de novas moradias.

Por exemplo, gastam-se bilhões de reais para recuperar bancos falidos, quebrados, e não há dinheiro para fazer financiamento de casas populares para a população carente do nosso País, principalmente das áreas urbanas dos grande centros.

Por isso, é cada vez mais necessário que se adote uma política habitacional duradoura para o Brasil, em que se estabeleçam prioridades e se criem efetivas condições para que cada família possa ter o seu lar.

Fico feliz em tomar conhecimento de que nos próximos dias chegará ao Congresso Nacional uma nova lei que vai fixar diretrizes mais permanentes para o problema habitacional e de desenvolvimento urbano da comunidade brasileira. Investir em moradia é importante não só para resolver o problema habitacional, mas também para criar mais empregos para uma faixa da população normalmente carente e que não tem como trabalhar.

O setor que mais aproveita mão-de-obra neste País é a construção civil: o pedreiro, o auxiliar de pedreiro, o carpinteiro, o bombeiro hidráulico, o eletricista. Quando se executa um programa de construção de mil casas populares, empregam-se centenas e centenas de operários que estão trabalhando diretamente na construção civil, e outros empregos indiretos. As indústrias fazem mais cerâmica, mais telhas; enfim, cada R\$10 mil aplicados na construção civil gera centenas de empregos neste País. É ainda importante por ser esta uma forma de dinamizar uma importante fatia da indústria e do comércio voltada para a construção.

Como os recursos são parcos e as necessidades enormes, há que se encontrarem formas baratas e seguras de edificação. Nesse particular, cito o exemplo de duas iniciativas que, a meu ver, têm pro-

porcionado bons resultados na erradicação de favelas e na construção de moradias para as classes menos favorecidas. O primeiro vem da Prefeitura de São Paulo, onde o Prefeito Paulo Maluf – queira ou não a Nação brasileira – tem feito uma excepcional administração em termos sociais. Gostem ou não, critiquem-no ou não, hoje, S. Ex<sup>a</sup> dá um exemplo a todos nós administradores e políticos brasileiros ao lançar o Projeto Singapura, que tem por finalidade erradicar favelas por meio da verticalização da moradia. No lugar de inúmeros barracos dispostos desordenadamente e sem qualquer infra-estrutura são construídos prédios de apartamentos para que as famílias morem nesses mesmos lugares e passem a ter suas áreas urbanizadas e dotadas de infra-estrutura necessárias. A solução, além de simples, é barata e tem o grande mérito de proporcionar às famílias condições dignas de habitação, sem removê-las para lugares distantes que só servem para segregá-las, dificultando a vida de quem precisa se locomover, todos os dias, até seu local de trabalho.

É um projeto que vamos levar a Istambul, na Turquia, em uma reunião que será realizada pela ONU, no próximo mês. Nós, do Senado Federal, em comissão da qual faço parte, levaremos o Projeto Singapura como um de nossos modelos: o cidadão que mora em favela terá um apartamento edificado no mesmo lugar; o favelado não precisa ser removido para outro lugar distante 30km, 50km de seu local de moradia, não perderia seu contato social nem ficaria distante do seu emprego; e seu filho poderia continuar estudando na escola a que está acostumado. O Prefeito Paulo Maluf está fazendo prédios no lugar da favela. O cidadão, ao receber sua nova casa, não perderá seu emprego, não morará mais longe, nem será removido para lugares tão remotos, e o seu filho freqüentará a mesma escola e o mesmo posto de saúde que lhe dá assistência.

Entendo que é um projeto que o Brasil pode mostrar em nível internacional. E foi criado por quem? Justamente pelo Prefeito Paulo Maluf, que utiliza percentual de arrecadação própria para fazer essas casas populares. Já foram inaugurados mais de 40 mil apartamentos em São Paulo nesse Programa Singapura, que agora recebeu aval do BID, com investimentos de US\$400 milhões.

Outra solução bastante geniosa e mais adequada em locais onde a falta de espaço não é problema, como aqui na Região Centro-Oeste – não temos problemas de espaço, de terra; temos problemas de recursos para construir a casa -, é o método de mutirão.

No vizinho Estado de Goiás, quando era Governador nosso eminente Colega Senador Iris Rezende, foram célebres os mutirões em que, com esforço coletivo, em poucos dias, assentamentos ou vilas eram completamente edificados em áreas previamente dotadas de estrutura. Tive a honra de ser colega de Iris Rezende quando ele foi Governador de Goiás, de 1983 a 1987. Eu era Governador de Mato Grosso, meu Estado, e ficava entusiasmado de ver o trabalho que o então Governador Iris Rezende fazia em Goiânia. Tive a oportunidade de visitar Goiânia na época e assistir ao trabalho de aqueles mutirões populares que ele criou; num final de semana – sexta, sábado e domingo -, ele entregava, prontas, mil casas populares à população carente.

Graças a essa visão do Senador Iris Rezende, tentei imitá-lo e consegui um pouco de sucesso nos nossos programas comunitários de Mato Grosso, através da Cohab de Mato Grosso e da Fundação de Promoção Social.

É certo que os problemas de Goiânia eram bem maiores em termos habitacionais que os de Cuiabá e Campo Grande, Sr. Presidente. V. Exª teve a honra de ser Prefeito de Campo Grande e realizou também um grande trabalho social na sua gestão como Prefeito daquela Capital.

Sei que existem por este imenso Brasil várias outras experiências simples, baratas e eficientes para se resolver o grave problema de moradia. O Brasil precisa que essas experiências sejam devidamente avaliadas e incentivadas pelo Governo Federal. Para cada situação existe uma solução adequada e acessível ao montante de recursos disponíveis. Cabe aos órgãos técnicos do Governo estudar essas várias alternativas e assessorar as Prefeituras na melhor forma de colocá-las em prática.

Da minha parte, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estou certo de que é de iniciativas como essas que poderão surgir alternativas concretas para resolver o grave problema habitacional de nosso País. É preciso, entretanto, agir rápido, porque qualquer postergação na solução desse problema significará o agravamento dos problemas sociais do Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Lúdio Coelho) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** (PSDB-DF). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-

dor.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos nós estamos trabalhando em um novo projeto de País e estamos convencidos de que, com a estabilização da economia, com o Plano Real, é possível, a partir das reformas – principalmente as da ordem econômica e as do Estado – termos um novo modelo de desenvolvimento econômico no Brasil.

Nesse novo modelo de desenvolvimento todos desejamos que seja repensado o papel do Estado na sociedade brasileira. Eu, pessoalmente, entendo que só se constrói um novo projeto de país no instante em que se puder buscar o capital privado para investir nos setores produtivos da economia. O Estado brasileiro deve ser repensado para cumprir menos atribuições; mas, ao mesmo tempo, deve cumprí-las com qualidade. Por exemplo, eu gostaria que o Governo brasileiro não fosse mais dono do Grande Hotel de Araxá, mas que desse uma educação básica, de bom nível, a todos os brasileiros.

Dentro desta óptica e dentro da construção desse projeto de país, no ano passado, o Congresso Nacional aprovou as cinco reformas da ordem econômica, que estão hoje em fase de regulamentação. Uma primeira consequência – e a considero positiva – é a inserção do Brasil, da economia brasileira, no que se chama economia de mercado. Temos um grande mercado consumidor; temos um setor privado extremamente eficiente; nosso mercado atrai o capital privado para setores produtivos, e é natural que pratiquemos, cada vez mais, a economia de mercado, ou seja, que retiremos do Estado sua interferência na economia.

Outra consequência é o que aconteceu recentemente no Brasil, com a liberação dos preços da gasolina, do álcool e do gás. Na verdade, essa liberação que, num primeiro momento, teve o efeito contrário ao que se desejava – em algumas cidades e capitais, os cartéis apareceram, e esses preços aumentaram – imediatamente depois sofreu o impacto do fenômeno da concorrência.

Quando se viaja para outros países do mundo, é natural escolher-se o posto de gasolina em que se vai abastecer o carro, porque eles, entre si, fazem uma saudável concorrência. É claro que essa concorrência gera vantagens para o consumidor, muitas vezes não somente a nível de preço, mas também a nível da qualidade dos serviços que são prestados. Esse ponto específico considero positivo e gostaria de registrá-lo.

Há, todavia, um outro lado da moeda, sobre o qual gostaria de mencionar a nossa cautela. Trata-se do preço do óleo combustível e da energia elétrica.

O Brasil, atualmente, pratica uma política tarifária que é conhecida como tarifa equalizada. Embora o preço de geração do kw/h no Estado de São Paulo seja quase três vezes inferior ao preço do mesmo kw/h no Amazonas, pelas dificuldades de transporte e de distribuição de energia elétrica em regiões ainda menos desenvolvidas, apesar da diferença de custo de produção de energia elétrica, o preço final da energia elétrica para o consumidor é igual nos dois Estados.

Da mesma forma, embora o óleo combustível, no Estado de São Paulo, possa chegar ao consumidor por um preço teoricamente inferior àquele que chega no Estado do Amazonas, as indústrias consumidoras que utilizam o óleo combustível como matéria-prima recebem esse óleo combustível pelo mesmo preço em São Paulo e no Amazonas. Essa é a fórmula da equalização tarifária.

O que essa equalização tarifária traz de bom para o País? O aspecto fundamental é o incentivo ao desenvolvimento das regiões mais pobres.

Vamos imaginar, apenas como exercício de raciocínio, que o preço do óleo combustível, já que as refinarias estão praticamente todas no Sul/Sudeste, fosse transportado para o Amazonas e todo esse custo de transporte fosse inserido apenas no litro de óleo combustível que é consumido lá, ao invés de, como hoje, ser rateado entre todos os consumidores de óleo combustível. É claro que seria absolutamente impossível uma indústria no Amazonas consumir o óleo combustível, que ficaria por um preço praticamente três vezes maior do que o mesmo litro de óleo combustível no Sul do País.

O Centro-Oeste brasileiro, o Nordeste e o Norte do País dependem fundamentalmente da equalização tarifária como base para um modelo de desenvolvimento regional mais harmônico no País.

Como os investimentos de infra-estrutura no Brasil, ao longo das últimas décadas, concentraram-se exatamente nas regiões mais ricas, se nós, de um momento para o outro, em função da economia de mercado e em função da liberação de preços, permitíssemos que o preço final do óleo combustível e da energia elétrica, insumos fundamentais para o desenvolvimento industrial, chegasse ao consumidor dessas Regiões mais pobres por um preço superior ao que chega no Sul/Sudeste, eu não preciso ser adivinho para dizer, por exemplo, que a fábrica de cimento aqui em Brasília seria imediatamente fechada.

Não precisamos ser profetas para afirmar que inúmeras fábricas que aceitaram o desafio de implantar as suas sedes em Regiões menos desenvolvidas

provavelmente teriam que voltar para o Sul/Sudeste. Isso acarretaria graves problemas: desemprego, falta de produção de materiais fundamentais à sociedade, mas, principalmente, estariam quebrando o vetor do desenvolvimento regional mais equilibrado.

Ora, o que devemos buscar é justamente o contrário, ou seja, que esses produtos fundamentais para a indústria de base, para uma indústria que gera emprego para atender a um mercado consumidor crescente nas regiões menos desenvolvidas, tenham ainda como base a equalização tarifária.

Desejo dizer, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, que as indústrias do Centro-Oeste brasileiro estão extremamente preocupadas. As indústria do Norte e Nordeste já estão também manifestando uma natural preocupação. Se não houver alguns cuidados para que, eventualmente, no futuro, possamos ter uma desequalização tarifária, que não pode ocorrer abruptamente, poderemos ter danos irreparáveis à indústria, que é crescente no Nordeste, no Norte e no Centro-Oeste brasileiro.

Há alguns dias, procurei o Ministro Raimundo Brito, das Minas e Energia, e o Dr. Ricardo Pinheiro, do Departamento Nacional de Combustíveis, e tive com eles dois uma troca de idéias que considero saudável. Extermei a eles a minha preocupação pessoal, mas, muito mais importante do que isso, a preocupação dos setores produtivos dessas três Regiões brasileiras, particularmente, do Centro-Oeste – porque sou Senador pelo Distrito Federal – de que alguns mecanismos fossem criados para essa desequalização tarifária no médio e longo prazos.

Uma delas, Sr. Presidente, é que, antes de querermos que o preço do óleo combustível seja diferente nos diversos Estados brasileiros, o que devemos nos preocupar é que haja refinarias em todas as Regiões brasileiras. Se as principais refinarias brasileiras estão concentradas onde já há o mercado presente, é claro que o mercado futuro nunca será abastecido, a não ser com sobretaxas de transporte, que vão onerar e, mais do que isso, impedir a produção industrial, que tem como base o óleo combustível.

O mesmo acontece com os eletrointensivos. É absolutamente impossível ter-se uma indústria de alumínio competitiva no mercado internacional se o preço da energia elétrica, em determinadas Regiões do País, sofrer o acréscimo específico de investimentos ainda não concretizados.

Assim sendo, para que, no futuro, haja essa desequalização tarifária – e teoricamente ela seria desejável num país harmonicamente desenvolvido –, há que existir, antes, investimentos de infra-estrutu-

ra, não investimentos diretamente do Estado, mas incentivos a investimentos do setor privado nas Regiões que o País deseja desenvolver. Ou vamos querer tapar o sol com a peneira e esquecermos que, nos últimos 30, 40 anos, todos os incentivos do Estado brasileiro foram exatamente no sentido de concentrar riquezas e oportunidades nos Estados mais ricos?

É claro que a diferença de qualidade de vida entre São Paulo, por exemplo, e Goiás é muito grande, assim como entre Santa Catarina e Ceará ou Paraná e Amazonas.

Além de ser muito grande, como há, no Sul/Sudeste do País, um nível de qualidade de vida superior, há um mercado maior, que atrai investimentos. A política industrial brasileira concentrou oportunidades e, com tudo isso, as grandes concentrações de geração de emprego e de riquezas estão exatamente na Região mais rica do País.

Se tivermos, a partir de agora, um modelo de desenvolvimento mais harmônico, mais equilibrado, menos desigual, se o Estado brasileiro intervier com incentivos para diminuir essa diferença e fazer com que as Regiões mais pobres, como o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, tenham também apoio, motivação para o capital privado, para que aqui ele seja investido e tenha vantagens, aí sim, a médio prazo, poderemos ter uma eventual desequalização tarifária.

Levar a cabo uma desequalização tarifária, neste momento, seria catastrófico para as Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste e, mais do que isso, seria tremendamente injusto, porque, antes de fazê-la, seriam necessárias décadas de investimentos menos desiguais nessas Regiões. No entanto, não é essa a história econômica de nosso País.

Faço este registro, Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, para que nós, os parlamentares dessas Regiões, as lideranças dos empregados dessas regiões do País não se vejam surpreendidos por decisões que, a nível teórico, a nível da análise macroeconómica teórica, poderiam até ter a sua razão de ser, mas na vida prática brasileira a teoria é outra.

É preciso que pratiquemos a economia de mercado. Estou absolutamente de acordo que o Estado brasileiro deixe de intervir diretamente nos setores da economia produtiva. Entretanto, ao mesmo tempo, não podemos esquecer que não temos um País só, temos vários "brasis", principalmente quando se fala em qualidade de vida e crescimento econômico.

Antes de mais nada é preciso que tenhamos uma política de desenvolvimento regional que crie incentivos, financiamentos, motivações para que o capital privado seja investido nas Regiões mais po-

bres. Só assim diminuiremos as correntes migratórias para as grandes cidades do Sul e Sudeste, pois o chefe de família poderá criar a sua família na sua região de origem, não sendo necessário migrar para, enfim, ter condições melhores de vida.

Afinal de contas, esse é o futuro que todos desejamos. Até lá, enquanto o construímos, é necessário bom senso principalmente das autoridades econômicas e das autoridades do setor energético, no sentido de que o óleo combustível e a energia elétrica continuem tendo mecanismos de equalização tarifária, talvez os únicos vetores de política governamental que, ao privilegiar as regiões mais distantes, que são exatamente as mais pobres, permitem um desenvolvimento industrial menos desequilibrado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Lúdio Coelho) – Com a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, no dia 3 de maio, realizou-se no Centro Industrial do Ceará – CIC, por iniciativa do seu Presidente, Jorge Parente, uma apresentação do que é o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro.

O Plano Carioca, exposto pelo seu coordenador, Dr. Rodrigo Lopes, motivou intensos debates a respeito da nossa própria Capital, Fortaleza, sobre as formas de evitar que a cidade se transforme em uma metrópole doente, como outras que vão se espalhando pelo Brasil. Isso por que existe a convicção de que ainda é possível evitar-se tal fato. Fortaleza tem de enfrentar uma série de desafios para consolidar o seu poder de atração e aprimorar a qualidade de vida de seus habitantes.

O Dr. Rodrigo Lopes ressaltou o fato de que o mundo está passando por um processo de mudanças profundas. Amplia-se a complexidade dos fatores que influem nos acontecimentos; aumenta o grau de incerteza quanto ao futuro; aceleram-se as transformações. Mudanças são impulsionadas pelo enorme crescimento populacional, pelo acelerado ritmo de urbanização, pela revolução tecnológica, que cria novas realidades espaciais, e pela importância cada vez maior de se conservar o meio ambiente e de se buscar um desenvolvimento sustentado. Esses fenômenos têm um efeito específico sobre a nova sociologia urbana.

Os responsáveis pela construção das cidades, sejam eles os seus administradores, sejam os cidadãos, são chamados ao desafio de intermediar as demandas do mercado com a lógica da cidadania. As transformações de uma cidade devem resultar do

diálogo, que leva em conta, ao mesmo tempo, a qualidade de vida e a competitividade, o que exige um planejamento estratégico.

Esses paradigmas têm de ser considerados quando discutimos Fortaleza 2020 e o que se deve fazer para enfrentar uma série de desafios, para consolidar a atratividade de nossa Capital e aprimorar a qualidade de vida de seus habitantes.

Com relação a Fortaleza, a primeira grande questão a ser colocada é a não disparidade entre a população da Capital e a das cidades do interior. A população de Fortaleza é de cerca de 1 milhão 960 mil habitantes, representando 29% da população cearense, de 6,8 milhões. A região metropolitana ocupa 2,4% do território estadual e é constituída por 9 municípios. Nos 8 municípios, que não Fortaleza, vivem cerca de 640 mil habitantes, que correspondem a 25% da população da área metropolitana, que é de 2,6 milhões de habitantes, ou 38% dos cearenses.

Um segundo fato é que o fortalezense é pobre. A parcela de pobres na região metropolitana de Fortaleza foi estimada em 23,5%, em 1990, mas há estudos que indicam que há 26% das famílias com renda abaixo do nível de pobreza. A questão social também está refletida no emprego informal, no fato de 54% das pessoas ocupadas na nossa Capital viverem em favelas.

Um terceiro problema é a extrema desigualdade entre as classes sociais. A marca registrada de Fortaleza está em seus contrastes: há uma grande separação física entre a maioria pobre e a parcela da população que vive nos melhores bairros, na área das praias e dos hotéis. Estima-se que a renda apropriada por 1% das pessoas de maior nível de renda seja maior que o total da renda dos 60% mais pobres.

Esses problemas têm origem no esvaziamento sócio-econômico do interior. As condições econômicas e sociais do Ceará rural são ainda deploráveis. Dois terços das famílias são indigentes. Mediante a migração, a pobreza rural é a maior causa da pobreza urbana, representando uma ponte entre a economia do Ceará e a economia da região metropolitana de Fortaleza.

O esvaziamento do interior é uma realidade que, também, reflete a distribuição das receitas públicas: na região metropolitana de Fortaleza, os governos municipais contam com R\$35 milhões/mês, enquanto os governos municipais do interior, para uma população maior que a população metropolitana, contam com R\$38 milhões/mês.

A questão social e o contexto econômico têm uma forte influência nas questões do emprego em

Fortaleza. O fortalezense está subempregado ou desempregado. O desemprego médio está em torno de 10%, mas o desemprego entre os jovens é superior a 20%. O emprego formal cresceu apenas 5% entre 1991 e 1995, enquanto a população cresceu 18% nesse mesmo período. O emprego informal absorve mais de 50% das pessoas ocupadas; 56% da força de trabalho não completou o curso primário e 37% têm menos de 3 anos de escolaridade.

O habitante da nossa Capital que trabalha recebe também remuneração muito baixa. No setor formal, que absorve 45% das pessoas ocupadas, 75% ganham mais que um salário mínimo, mas apenas 20% recebem mais que 3 salários mínimos. No setor informal, 40% ganham mais que um salário mínimo, mas apenas 17% ganham mais que 2 salários mínimos.

Um dos objetivos do Seminário Fortaleza 2020 foi chamar a atenção para esses problemas e para a necessidade de um plano estratégico de longo prazo. No ano 2000, a região metropolitana de Fortaleza deverá ter 3 milhões de habitantes, sendo 2,2 milhões no município-sede e 800 mil nos demais municípios. No período 1995-2000, estima-se que a região metropolitana de Fortaleza ganhará mais de 56 mil domicílios, ou 11 mil a cada ano. Para efeito de comparação, durante os anos 80, o setor formal de habitação público e privado ofertou cerca de 7.150 unidades a cada ano. Cabe recordar que, no município de Fortaleza, cerca de 30% das famílias vivem em favelas.

Nossa Capital, por falta de melhor planejamento, ainda tem muitos vazios urbanos. Apesar de totalmente parcelada, somente 18% da área do Município estão efetivamente ocupados. Este padrão de ocupação espacial produz um crescimento urbano ineficiente e altos custos sociais. O movimento de implantação de conjuntos habitacionais se deu "por saltos", criando grandes vazios urbanos entre a franja da cidade, já atendida com certo número de serviços e infra-estrutura, e as regiões dos novos conjuntos habitacionais. Isso, evidentemente, causa ineficiência e elevação dos custos de operação da cidade em seu todo.

Muitos desses problemas estão vinculados aos baixos níveis de instrução dos fortalezenses e a influência dos serviços oferecidos nesta área. Assim é na educação, em que estão presentes as maiores e mais graves deficiências da cidade. Medindo a qualidade do capital humano pela proporção de pessoas com mais de 10 anos que tenham no mínimo 10 anos de escolaridade, Fortaleza é uma das mais pobres regiões metropolitanas do País. A proporção da

população de mais de 10 anos que tem mais que quatro anos de escolaridade e de apenas 48%, menos que Recife (50%) ou Salvador (58%).

A taxa de analfabetismo da população com mais de 15 anos é de 20%, porém é bem melhor que a situação no interior, onde essa taxa alcança 64%. No Ceará, existem cerca de 1,3 milhões de analfabetos, dos quais 260 mil na região metropolitana de Fortaleza.

Outro fato derivado das desigualdades sociais na capital é que, enquanto em alguns municípios da região metropolitana e em alguns distritos sanitários de Fortaleza são registradas taxas extremamente elevadas de mortalidade infantil, dentro do município de Fortaleza e em alguns distritos sanitários, são observados indicadores de saúde próprios de países mais desenvolvidos.

Em 1994, o governo estadual aplicou R\$384 milhões no setor saúde, representando 8% do gasto total – foi um gasto bastante significativo se comparando com outros Estado do País -, sendo que 2/3 foram financiados com transferências do Sistema Único de Saúde e uma terça parte foi financiada pelo Tesouro Estadual.

No lado municipal, o gasto mais relevante se refere à manutenção do Instituto José Frota, com um dispêndio mensal de R\$2,1 milhões, que equivale a cerca de 1/4 das despesas da prefeitura municipal com saúde.

Um fato muito importante e que gostaria de chamar a atenção é que, apesar dos municípios da região metropolitana serem interdependentes, eles agem normalmente de forma isolada.

A transformação da AUMEF – antiga Autarquia Metropolitana de Fortaleza – em SEDURB, – Superintendência Estadual do Desenvolvimento Urbano – para atender a todos os municípios do Ceará, extinguiu a capacidade de planejamento no nível metropolitano. Desde então se agravaram os problemas, cujas soluções requerem uma ação coordenada das várias unidades que integram a metrópole.

Um criativo modelo de planejamento metropolitano deverá envolver os governos municipais, sem colocá-los em posição de dependência hierárquica do governo estadual, mas sendo capaz de obter dos mesmos firmes compromissos de colaboração intergovernamental. Além de incorporar e aglutinar as entidades governamentais, este novo modelo deverá ser aberto à contribuição e participação dos diferentes grupos sociais de interesse.

Para atenuar tais problemas, a Missão do BID recomenda que o início da formação de um conse-

lho deliberativo para a região metropolitana de Fortaleza se dê mediante a criação de uma entidade metropolitana que poderia dar partida à preparação de um conjunto de iniciativas relevantes. Uma delas poderia ser a montagem de um sistema metropolitano de informações. Outra seria referente ao desafio da descentralização administrativa de serviços públicos. Um outro desafio poderia ser a preparação de uma proposta de integração de favelas na estrutura urbana da Grande Fortaleza.

Faço referência a essa Missão quando de sua estada, por 40 dias, em nossa cidade, fazendo um profundo estudo sobre a situação de Fortaleza, dados que, em parte, estão aqui em meu pronunciamento.

Tratando ainda do quadro institucional, que é confuso e impede a otimização das iniciativas, o atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, de 1992, é menos um plano no sentido técnico e mais um conjunto de diretrizes. Além de genérico, permitindo grande flexibilidade em sua operacionalização, o Plano é praticamente omisso em referência à economia e à dinâmica da cidade.

A atual administração municipal submeteu à Câmara de Vereadores projetos de legislação com critérios de ordenamento de atividades na orla marítima. Mas, em função da pressão de várias origens, a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, de 1979, continua vigente. A ação da prefeitura é julgada como sendo pontual, carecendo de maior sentido estratégico, frente ao objetivo de um verdadeiro desenvolvimento urbano e maior justiça social. Um fato positivo é a nova lei que está sendo finalizada e discutindo-se para breve sua vigência.

Outro exemplo, ainda na área institucional, está na gestão do IPTU, o Imposto Predial Territorial Urbano, em Fortaleza. A participação proporcional do IPTU na receita de Fortaleza é de apenas 3,2%, enquanto em Porto Alegre é de 23,8%; em Florianópolis é de 19,9%; em Recife é de 8,9%; e em Salvador é de 7,7%.

O IPTU não é aproveitado no seu potencial de recuperação, ainda que parcial, dos investimentos da Prefeitura, nem o de induzir ou desestimular o desenvolvimento de áreas em função das indicações do Plano Diretor.

Também não se utiliza esse tributo como instrumento de transferência de renda, de um bairro bem dotado de investimentos públicos para um bairro desprovido de infra-estrutura física e social. Pior, pois o BID documentou situações em que o valor relativo do lançamento do imposto foi maior em zonas de população e padrão habitacional mais pobres – a

oeste e sudeste do Centro – do que nas áreas mais valorizadas.

O baixo número de aprovações para construções habitacionais pela prefeitura de Fortaleza é também um indicador do grau de ilegalidade que existe nesta área. Em 1994, foram concedidos alvarás para a construção de cerca de 5.100 unidades habitacionais, o que se estima representar não mais de 40% do número de unidades efetivamente construídas.

O relatório do BID aponta algumas prioridades, para que a metrópole não se transforme num absurdo urbano.

– na área da saúde, já que há amplas iniciativas no setor de água e esgoto, teria muito impacto um projeto como o Programa de Saúde da Família; também deveria haver prioridade para racionalização do atendimento às situações de emergência, com alcance metropolitano, bem além dos limites estreitos da ação municipal isolada; igualmente, deveria haver prioridade para uma ação multissetorial e interinstitucional frente à violência do trânsito, com forte componente de educação para a saúde;

– na área da educação, está evidente a urgência de ação definitiva contra a universalização da matrícula, não sendo admissível a entrada no século XXI com cerca de 70 a 100 mil crianças e jovens fora da escola;

– na área de transporte de massa, há o desafio de implantação de um sistema intermodal – transporte sobre trilhos, já negociado pelo Governo Tasso Jereissati com financiamento japonês – que ajudasse a reduzir o tempo de deslocamento da população entre os bairros, a descongestionar o centro, e, por outro lado, a induzir o equilíbrio de distribuição de funções entre o centro e a periferia da região metropolitana.

Cinco outras áreas também foram indicadas como de especial importância:

– a expansão da cobertura dos serviços de água e esgoto, pois, no município de Fortaleza, 23% dos domicílios (cerca de 100 mil unidades) não estão ligados à rede de água, e 60% dos domicílios (cerca de 262 mil unidades) não estão ligados à rede de esgoto; (o Prosanear, em execução pelo Governo do Estado, atenderá a 146 mil ligações de esgoto, reduzindo consideravelmente o déficit);

– a implementação de um novo modelo de urbanização de favelas, com baixo custo e ênfase na criação de bens de consumo público, dentro de uma abordagem multissetorial e interinstitucional;

– ação especial de atenção à mulher pobre chefe de família (33% dos domicílios pobres são chefiados por mulher) e às crianças até 5 anos (55% das crianças são pobres);

– a superação da pobreza exige uma ainda maior atenção à geração de emprego, principalmente no apoio aos pequenos negócios e no desenvolvimento do turismo;

– criação de subcentros, em localidades estratégicas, como terminais intermodais de transporte, na periferia de Fortaleza e nos municípios da região metropolitana. Nesses subcentros seriam oferecidos, pelos diferentes níveis de Governo, todos os serviços necessários ao exercício da cidadania. Isso evitaria que a população, especialmente a de baixa renda, fizesse longos e repetidos deslocamentos para pagar impostos, obter documentos e informações, tirar carteira de identidade, do trabalho, título de eleitor, tramitação de pedidos de pensão ou aposentadoria, alistamento militar etc.

Uma sugestão muito forte dos técnicos do BID refere-se a um componente da cultura brasileira, que é a dissociação entre as ações do governo do Estado e da prefeitura municipal, principalmente se esses dois níveis forem administrados por partidos diferentes. É necessária a criação de um novo paradigma no trato das questões metropolitanas. Simplesmente não se percebe como viável seguir com uma visão estreita, nos limites do espaço isolado de governabilidade de cada prefeitura ou nos limites da atribuição da burocracia de cada entidade estadual com atuação relevante na Região Metropolitana. É necessário sair da dualidade Fortaleza versus Governo Estadual e criar um novo paradigma, de alcance metropolitano e de natureza multissetorial.

Há vários caminhos para a construção deste novo paradigma: um sistema de informações metropolitanas; um sistema intermodal de transportes de massa; uma inserção de qualidade das Prefeituras Municipais nos Conselhos de Administração, da CAGECE, da COELCE, do DETRAN, da COHAB, e de outras entidades estaduais; um programa de apoio ao turismo, envolvendo os governos municipais; e a condução de projetos inovadores na área social, em parceria com as prefeituras e a comunidade.

A superação da pobreza e a construção do Ceará moderno, justo, competitivo e democrático são desafios que não cabem na visão pequena dos espaços municipais e das burocracias das entidades estaduais. Uma autoridade metropolitana poderia ser o foco de convergência das vontades, da criatividade e dos recursos para o enfrentamento destes desafios.

Estas foram algumas conclusões oriundas do Seminário Fortaleza 2.020, realizado no âmbito do Centro Industrial do Ceará, a partir de informações trazidas pelo Dr. Rodrigo Lopes, responsável pelo plano estratégico do Rio de Janeiro, e de dados colhidos no

levantamento realizado em Fortaleza, por ação do Banco Interamericano de Desenvolvimento.\*

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Lúcio Alcântara, o Sr. Lúdio Coelho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valmir Campelo.*

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Guilherme Palmeira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, venho à tribuna para fazer uma reflexão, juntamente com todos os nossos Colegas presentes e os que estão em seus gabinetes, sobre uma questão que está nos jornais e em outros meios de comunicação. Trata-se da tão decantada reforma agrária, e no caminho de casa para o Senado, ouvindo a CBV, alguém se pronunciou sobre este tema.

Sr. Presidente, após uma avaliação, cheguei à conclusão de que o grande conflito ocorrido no Pará reflete resquícios de uma luta ideológica. Sabe-se que em todo mundo há uma nova mentalidade. Há alguns anos, Karl Marx, o grande teórico, afirmava que as revoluções deveriam vir do campo para as cidades. Isso prova que houve um grande erro tático de alguns dos nossos militantes quando se embrenharam na selva amazônica e ficaram sitiados, isolados, mas se estivessem estrategicamente posicionados os trabalhos de guerrilha estariam assentados nos grandes centros urbanos, com todos os mecanismos utilizados.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, os dinossauros, os trogloditas ideológicos, ainda permanecem firmes. O Brasil mudou. O mundo mudou. Karl Marx teorizou, sim. Após o feudalismo, com a Revolução Industrial, a sociedade começou a sofrer mudanças, teorias foram elaboradas e, a partir daquele momento, só houve uma falha, que consideramos fatal, em relação à inteligência, ao discernimento do ser humano.

Haveria uma estagnação fantástica se a um Estado fossem dadas todas as riquezas do mundo, as quais pudessem ser igualmente distribuídas a todos os cidadãos, pois o individualismo prevaleceria justamente pela capacidade do discernimento de que é dotado o ser humano, Sr. Presidente.

Estamos bastante preocupados ainda com essas ondas, com esses resquícios que ainda percorrem os campos do País e as suas comunidades rurícolas.

Imaginem o Estado tendo condições de desapropriar terras para fazer os assentamentos dos sem-terra. Penso que isso é justo, correto. Agora, há uma manipulação política terrível e irresponsável da ignorância e da miséria por algumas lideranças que não têm o compromisso com esse País, incitando essas pessoas a levantarem uma bandeira e marcharem contra o Estado.

Hoje, o grande movimento, com esse resquício de atraso, de irresponsabilidade política, ainda preocupa a Nação. O confronto havido no Pará foi um desastre, pois ninguém aprovou o que lá aconteceu. Mas, Sr. Presidente, a conspiração continua.

E nós, o que podemos fazer?

Só existe uma coisa que pode garantir o equilíbrio entre essas forças da sociedade, principalmente no regime democrático: a justiça, a observação do conjunto de leis do País.

Não tenho bens, vivo dos proventos do Senado Federal, mas tenho uma responsabilidade grande para com este País, como todos os outros Colegas e os brasileiros, de um modo geral.

Os sem-terra marcham com a bandeira erguida. Daqui a pouco, Sr. Presidente, teremos os sem-teto, os sem-sandálias, os sem-sapatos, os sem-estudo, os estúpidos, os sábios. Nossa sociedade precisa se organizar e agir segundo os princípios legais.

Quando observo o poder do capital japonês, os **lobbies** de empresários japoneses, que compraram quase 10% dos centros comerciais de alguns estados norte-americanos, vejo que, infelizmente, temos que respeitar esse trânsito, essa forma de fazer.

Há, de um lado, os resquícios da mentalidade estatizante e, do outro, os ideais da livre iniciativa, da propriedade privada, da livre negociação dos meios de produção, da produção intelectual, do direito de livre manifestação.

O mundo mudou, a muralha de Berlim caiu, sendo um marco nessa mudança.

A Revolução de 1917, na União Soviética, também levantou uma bandeira em nome da justiça, da liberdade e da igualdade. Questiono-me sobre qual é a diferença entre os ditadores de direita e os de esquerda? O ditador de esquerda é muito pior que o de direita, este ainda procura ser mais benevolente em uma abertura intelectual, de composição, como observamos em nossa história brasileira. Na Rússia, repito, uma ditadura de esquerda, milhares e milhares de vidas foram ceifadas em nome da justiça, da igualdade, da liberdade.

É verdade, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, que precisamos ter um equilíbrio. Se o País tem possibilidades de minimizar um problema, vamos

fazê-lo. O Presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Ministério Extraordinário da Reforma Agrária, que é uma adaptação do Incra, aparelhando-o. As áreas de conflito foram mapeadas pelo Brasil afora. Onde houver propriedades improdutivas, que haja um entendimento do dono das terras com o próprio Estado para o benefício social. Isso é correto, justo. Por que não?

Agora, é inaceitável manipular esses cidadãos de bem, as pessoas sem posses para o conflito; e, de outro lado, pegar o braço armado do Estado totalmente despreparado. Vejam o conflito, vejam o sangue que corre por irresponsabilidade e despreparo das partes, tanto do Estado, quanto de algumas ações políticas. As pessoas não marcham por marchar, não!

Vamos arrebanhar, vamos juntar, vamos mobilizar os que estão fora do processo. Vamos organizar agora os meninos e meninas de rua, frutos da ignorância, muitas vezes, frutos de um mau planejamento, frutos de uma má assistência do Estado na área de educação e em virtude da falta de esclarecimento para que essas pessoas possam vir ao mundo. De qualquer modo, esse é um exército de marginalizados.

Se o Estado brasileiro tivesse condições de fazer um recenseamento de quantos brasileiros nascem por dia em todo o Brasil, haveria condições de se diagnosticar qual seria a performance de vida de cada cidadão brasileiro.

Desta tribuna, gostaria de chamar a atenção para um fato grave: as Lideranças políticas que estão fomentando esse tipo de coisa trazem um grande prejuízo para o País. Precisamos cobrar providências por parte do Presidente da República e das autoridades, no sentido de que haja, dentro das necessidades sociais e dos interesses, as desapropriações.

Mas não se deve fazer o que fizeram. Aqui desta tribuna, com muita coragem, digo que, hoje, o Estado, para dar uma satisfação à opinião pública, está fazendo as investigações no Pará. E daí? Como fica o outro lado? Lá morreram aqueles cidadãos que foram manipulados, vítimas, em parte, da irresponsabilidade do Estado e, por outro lado, vítimas dos ideólogos e ativistas que os impulsionaram, dizendo: "Marchem! Tomem! Avancem! Quebrem as barreiras!" E depois? Deveria ser feita uma ampla apuração principalmente sobre a responsabilidade intelectual do ocorrido.

Não estou aqui para defender fazendeiros. Estou aqui para, juntamente com os nobres Senadores, fazer uma reflexão. Essa é uma questão muito séria. É necessária uma reflexão quanto à necessidade de abrandarmos nossos procedimentos. Inclu-

sive, tudo é tão planejado, orquestrado e administrado politicamente que é anunciado um dia antes: "Olhem, se não fizerem assim, nós vamos fazer desse jeito, a invasão a organização, etc."

Temos de reunir toda a sociedade em torno da questão conflito no campo. Quem são eles? Os donos de terra, os fazendeiros. E quem que está lá no campo? A Igreja, o padre, o pastor, os partidos políticos, as autoridades, de um modo geral. Deveria haver um encontro dessas pessoas para se tentar encontrar soluções. Aí é que eu digo: só há um caminho, o caminho da lei. A lei tem de prevalecer.

Sr. Presidente, o ranço ideológico já não existe mais, isso é coisa do passado. Nós não podemos mais tentar reverter o quadro e dizer que vamos trabalhar a outra grande revolução se a história já vem passando há bastante tempo, se a humanidade vem guerreando e se debatendo há tempos. Hoje há um vácuo, e é nesse vácuo que ainda se procuram algumas alternativas.

O nosso País é fantástico, apesar das nossas grandes necessidades. Ainda estamos engatinhando, somos um país jovem, e, por isso, acredito muito nesse Brasil, de verdade. É uma questão de tempo, talvez umas duas ou três décadas.

Faço parte do Partido que dá sustentação política ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Sou do PMDB e tenho acompanhado algumas ações do Presidente e da sua equipe, que considero acertadas. Estamos adequando o País para as reformas, que, em sua grande maioria, são necessárias.

O Presidente Itamar Franco governou num período de transição. O Governo Fernando Henrique Cardoso está cumprindo a sua missão dura e difícil de fazer as mudanças necessárias. É preciso que as reformas sejam feitas. Essa é a marca do Governo Fernando Henrique Cardoso. Para isso estamos nos organizando.

Conflitos dessa natureza, os problemas agrários, de maneira alguma maculam a imagem do Governo. Quando houve o escândalo, alguns disseram: isso vai salpicar no Presidente Fernando Henrique. Eu disse que isso não ocorreria.

O que precisamos é melhorar, com urgência, o setor agrário, operacionalizá-lo por meio do Incra e do Ministério Extraordinário da Reforma Agrária. O restante estamos administrando.

O País está vivendo uma fase de maturidade, tanto que o Governo hoje detém uma base parlamentar muito grande, o que é muito importante. Sem base parlamentar, não se vai a lugar nenhum.

Como estão assentadas as bases, vamos caminhar para as reformas, discuti-las. Esta é a grande

missão do Presidente Fernando Henrique Cardoso: implantar as reformas, assim como foi a do Presidente Itamar Franco, após o **impeachment** do Presidente Fernando Collor de Mello. Antes disso, tivemos o nosso Presidente José Sarney, a quem temos respeito e cuja liderança seguimos. No seu governo ele enfrentou "uma barra pesada". Depois de um período autoritário, com tudo represso, se não fosse um homem com o equilíbrio e a sabedoria política dc Presidente José Sarney, teríamos uma terrível dificuldade pela frente. Graças a Deus, passamos por essas fases.

Hoje venho à tribuna para pedir a complacência, a paciência, a sabedoria e a maturidade das lideranças políticas que ainda insistem em pôr essas pessoas para marcharem contra a baioneta. Isso é covardia, isso é desonestade.

De um lado, colocam um braço armado do Estado, totalmente despreparado, desqualificado, que, a qualquer hora, pode puxar o gatilho e de outro, os camponeses para avançar contra os soldados. Isso é suicídio, é confronto, é covardia demais. Aciram os ânimos para que haja um conflito e depois dizem: "É o Governo, é a autoridade "a" ou "b", é o fulano de tal." Assim fica fácil.

Gostaria de fazer um apelo à essas lideranças políticas, às lideranças religiosas, às lideranças de um modo geral, para que, ao orientarem os homens que vivem no campo, não acirrem os ânimos, mas usem a tática da conversação. Poderão até reunir representantes dos municípios de seus Estados e fazer uma grande marcha para Brasília, sem violência, e mostrar as necessidades do povo mobilizado. Isso, sim, deve ser feito, mas reunir homens do campo, prepará-los e jogá-los contra os representantes do Estado, os soldados, é brincadeira.

Recentemente, li uma matéria sobre o episódio do Carandiru, que já não se refere a essa parte ideológica, em que se mostrava a rejeição da sociedade. O que foi que o Estado alegou? Alegou que os presidiários partiram para cima dos policiais, e houve aquele confronto terrível. Isso é diferente do que está havendo no campo.

Sr. Presidente, ao encerrar minhas palavras, reitero o apelo que fiz desta tribuna às lideranças políticas para que mudem a estratégia, para que não levem inocentes a derramar sangue no campo. Isso é demasiada covardia.

Ficam aqui os meus protestos contra a manipulação.

**O Sr. Ademir Andrade** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. GILVAN BORGES** – De quantos minutos disponho, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Infelizmente, o tempo de V. Ex<sup>a</sup> esgotou-se há 3 minutos. Peço-lhe que seja breve, pois há outros oradores inscritos, inclusive o próprio Senador Ademir Andrade.

**O SR. GILVAN BORGES** – Ouço o nobre Senador, pelo Estado do Pará, Ademir Andrade, que é um dos líderes da Região Norte.

**O Sr. Ademir Andrade** – Não queria interrompê-lo, mas Ex<sup>a</sup> faz uma provocação permanente no sentido da nossa manifestação. Quero dizer que, em primeiro lugar, V. Ex<sup>a</sup> não está a par do que aconteceu no Pará.

**O SR. GILVAN BORGES** – V. Exa. tem certeza?

**O Sr. Ademir Andrade** – Tenho. Vou explicar o que ocorreu, para que V. Ex<sup>a</sup> se inteire e possa fazer um julgamento diferente. Senador Gilvam Borges, há dois anos e quatro meses esses mesmos trabalhadores rurais a que V. Ex<sup>a</sup> se refere foram expulsos de suas terras pela Companhia Vale do Rio Doce, que hoje tem no meu Estado 1.167.000 hectares de terra. Ela ganhou apenas 400 mil; administra as três reservas em consórcio com o Ibama e grilou outras tantas áreas. Foi a Companhia Vale do Rio Doce que expulsou essas pessoas há dois anos e quatro meses – repito. Elas saíram e acamparam em Paraopebas, passaram oito meses esperando o diálogo. Depois de 8 meses, cansados de esperar, foram a Marabá e invadiram a sede do INCRA, que é uma grande sede, e lá ficaram oito meses acampados. Depois de um acordo com o INCRA e com Governo, o INCRA os levou de volta para Paraopebas, onde eles passaram mais quatro meses aguardando uma solução. Após isso, invadiram a fazenda Rio Branco. O Governo tinha prometido assentá-los em uma gleba cerca de 100 quilômetros de Paraopebas. Passaram quatro meses e o Governo não cumpriu o prometido. Eles, então, invadiram a Fazenda Rio Branco. Quando Presidente do INCRA, o Sr. Francisco Graziano decidiu comprar a Fazenda Rio Branco para assentar esses trabalhadores. Ocorre que na Fazenda Rio Branco – no dia 2 de outubro de 1995, fui junto com Graziano, para entregar a fazenda a esses trabalhadores sem-terra -, só couberam 400 famílias; quase 600 famílias ficaram sem terra. Nessa ocasião os camponeses já haviam se deslocado para o Município de Curionópolis, onde continuaram acampados. Quando Francisco Graziano deu essa terra aos trabalhadores, eles prometeram não invadir nenhuma terra enquanto esperavam a decisão do Governo de lhes arrumar outra terra. Eles tinham sugerido ao INCRA a fazenda Macaxeira. O próprio dono da Macaxeira estava interessado em negociar a propriedade. Ocorre que a burocracia governamental – a saída do Sr. Francisco Graziano evidentemente prejudicou muito toda essa

negociação – fez com que esses trabalhadores esperassem do dia 2 de outubro do ano passado até abril último, quando ocorreu o fato a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu. Cansados de esperar, após seis meses de expectativa, sem solução para o seu problema, eles decidiram caminhar até Marabá, ou melhor, até Belém – eles pretendiam ir até Belém. Desceram 30km de Curionópolis para Eldorado e mais 5km de Eldorado na direção de Marabá. Cansados – no grupo havia mulheres e crianças -, solicitaram ao Governo transporte e alimentação, para que pudessem chegar até Marabá para negociar suas necessidades. O Governo foi intransigente. Eles fecharam a estrada na terça-feira. A polícia foi lá. Eles deram um prazo para a polícia arrumar transporte e alimentação e desobstruiram a estrada. Na quarta-feira, a polícia voltou, dando o recado de que não seriam atendidos nas suas reivindicações, de que eles pudessem fechar a estrada, e eles o fizeram. A Polícia, então, veio com a ordem de desobstruir a estrada a qualquer custo. Agora, surge toda essa história de que fazendeiros pagaram a Polícia, etc. Penso que não há nada de ideológico nessa questão. V. Ex<sup>a</sup>, evidentemente, tem uma posição ideológica. V. Ex<sup>a</sup> é um homem conservador, de direita.

**O SR. GILVAM BORGES** – Muito obrigado.

**O Sr. Ademir Andrade** – V. Ex<sup>a</sup> defende os seus pontos de vista – o que é lícito -, e cada um de nós deve defender o seu. A reforma agrária, para nós, não é questão ideológica; é questão de necessidade. Os países capitalistas que mais progrediram, fizeram-no com reforma agrária: os Estados Unidos, o Japão, o México. Todos fizeram reforma agrária. O Brasil precisa, mais do que todos eles, de reforma agrária. O Brasil produz 70 milhões de toneladas de grãos e pode chegar a 700 milhões. A reforma agrária é uma necessidade imperativa. O que ocorre é que, infelizmente, o nosso Congresso é extremamente conservador e não permite que se facilite a concretização da reforma agrária. As pessoas têm medo dela como quem tem medo de bicho-papão. Como V. Ex<sup>a</sup> não é proprietário de terras, penso que deveria ser um dos primeiros a defender, a incentivar, a estimular a reforma agrária. A luta desses trabalhadores sem-terra, Senador Gilvam Borges, é a última alternativa que lhes resta. Quando eles falam para quem não quer ouvi-los, alguma coisa deve ser feita para que sejam ouvidos. Era a manifestação que queria fazer, atendendo à provocação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GILVAM BORGES** – Agradeço o aparte do nobre Senador Ademir Andrade.

Estereotipar é muito fácil. V. Ex<sup>a</sup> se intitula um homem de esquerda, mas, para mim, não faz muita diferença ser de direita ou de esquerda, pois acredito

to somente nos homens. Mas V. Ex<sup>a</sup> ainda é um dragão, é um dinossauro que se mantém na retaguarda. Tenho sempre acompanhado seu comportamento nas suas manifestações que, em detrimento de todos os seus colegas, está sempre numa redoma de dignidade, de honestidade; é um Senador que merece todo o nosso respeito. Se me permite, V. Ex<sup>a</sup> não pode ter o direito de me estereotipar, carimbar, pois venho trazer um questionamento desta tribuna.

Como posso ser contra um camponês ou um fazendeiro, se não tenho a menor dúvida do banzo, da ressaca ideológica que existem por trás disso tudo? Talvez sejam as últimas bandeirinhas de manipulação de idéias e mentes. Levaremos ainda mais uns dez anos para que isso se amenize.

Sr. Presidente, o nosso apelo é para que o Estado invista maciçamente na educação. Somente a educação liberta o homem desses estereótipos e marcas que lhe são carimbadas, tanto de direita quanto de esquerda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúdio Coelho.

É lido o seguinte.

#### REQUERIMENTO N° 452, 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o previsto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, requeiro seja encaminhada ao Exmº Sr. Ministro das Minas e Energia a seguinte solicitação de informações:

1. Qual é o resultado obtido pela CVRD com os estudos realizados na área do decreto de lavra nº 74.509, de 5 de setembro de 1974, com relação à pesquisa de ouro?
2. Qual a localização exata dos extremos da área estabelecida neste decreto, devidamente plotados em mapas?
3. Quantos furos de sondagens foram feitos e qual a localização exata, plotada em mapa, de todos os que foram realizados na área deste decreto?
4. Quantos furos foram feitos dentro da área de Serra Pelada e qual o resultado destes furos e a sua localização exata plotada em mapa?
5. Como se apresenta o ... co da área em quest...

definições de profundidade em que o ouro foi encontrado e a cota destes furos?

6. O que diz o relatório técnico de sondagem que estabeleceu as reservas em 150 toneladas de ouro?

#### **Justificação**

Através do meu requerimento nº 28/96, dirigido a S. Ex<sup>a</sup> o Ministro das Minas Energia, fiz alguns questionamentos referentes à área de atuação da Companhia Vale do Rio Doce, tendo obtido da empresa alguns dados que na realidade não respondem às nossas indagações, razão pela qual temos necessidade de que sejam complementadas as informações solicitadas.

Ademais, persiste a polêmica a respeito da localização dos furos das sondagens, pois temos informações dando conta que alguns furos foram feitos na própria Serra Pelada e não apenas na denominada Serra Leste.

Sala das Sessões, 13 de maio de 1996. – Senador **Ademir Andrade**,

(À Mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno da Casa.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúdio Coelho.

É lida a seguinte:

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, DE 1996**

##### **Modifica o inciso V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional.

Artigo único. O inciso V do § 2º do art. 58 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 58. ....

§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

V – convocar qualquer autoridade ou cidadão para prestar depoimento, implicando crime de desobediência e condução coercitiva a ausência sem justificação ade-

quada, observado ainda, no que couber, o disposto no art. 50, caput;"

#### **Justificação**

A importância das comissões no parlamento moderno já foi acentuada por muitos. Nas palavras de José Alfredo de Oliveira Baracho a comissão é como um microcosmo do plenário, permitindo a celeridade e o aperfeiçoamento técnico do processo legislativo. (apud Celso Ribeiro Bastos, Comentários à Constituição do Brasil, Ed. Saraiva, 1995, 4º vol., tomo I, p. 258).

Em nosso País, as comissões parlamentares vêm prestando valiosos serviços ao Congresso Nacional. Devemos, registrar, a propósito, que os poderes das comissões parlamentares foram fortalecidos e ampliados pelo legislador constituinte de 1988.

Não obstante, ainda há falhas no que diz respeito ao funcionamento das comissões, sendo necessário saná-las.

Com efeito, um dos problemas enfrentados pelas comissões ao desenvolver os seus trabalhos tem sido o não-comparecimento de pessoas, inclusive autoridades públicas, que solicitadas a prestar depoimentos em assuntos de interesse público, por vezes se ausentam sem maiores explicações.

A presente Proposta de Emenda à Constituição tem o objetivo de ultrapassar esse obstáculo que ora dificulta o bom desenrolar das atividades nas comissões parlamentares.

Destarte, pretende-se, com a proposição que ora submetemos a apreciação dos nobres pares, alterar a redação do inciso V do § 2º do art. 58 do Estatuto Supremo.

A redação atual do dispositivo em tela diz que cabe às comissões, em razão da matéria de sua competência, solicitar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão. Isso implica que não há obrigação da autoridade ou cidadão depor, caso não queira, o que, não raro, tem acontecido.

É certo que o art. 50, caput, da Lei Maior, prevê a convocação de Ministros de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem depoimento em assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

Entretanto, observe-se que esse preceptivo alcança com força vinculativa apenas os Ministros de Estado e titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, esses últimos, aliás, acrescentados pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994.

Daí a necessidade da modificação constante da proposição que ora justificamos, que pretende a seguinte redação para o inciso V do § 2º do art. 58 da Lei Maior:

"Art. 58. ....

.....  
§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

V – convocar qualquer autoridade ou cidadão para prestar depoimento, implicando crime de desobediência e condução coercitiva a ausência sem justificação adequada, observado ainda, no que couber, o disposto no art. 50, **caput**;

Por conseguinte, se a autoridade ou cidadão, uma vez convocado para prestar depoimento perante comissão parlamentar, não comparecer, nem apresentar justificação adequada, cometerá crime de desobediência e será conduzido coercitivamente à presença da comissão.

A propósito, devemos anotar que o crime de desobediência está tipificado em nosso Código Penal como desobedecer à ordem legal de funcionário público (art. 330).

Por seu turno, a condução coercitiva de deponente também está prevista em nosso direito (vg. art. 218 do Código de Processo Penal).

De outra parte, em sendo autoridade o convocado será observado ainda o disposto no art. 50 da Constituição Federal que prevê crime de responsabilidade em caso de ausência injustificada a chamamento de comissão.

Ante todo o exposto e em face da especial relevância da proposta de Emenda à Constituição que ora apresentamos, solicitamos aos ilustres Congressistas o seu acolhimento.

Sala das Sessões, 13 de maio de 1996. – José Ignácio Ferreira – Pedro Simon – Osmar Dias – José Bianco – Lucídio Portella – Beni Veras – Bello Parga – Joel de Hollanda – Casildo Maldaner – Gerson Camata – Jonas Pinheiro – Flaviano Melo – Valmír Campelo – Ronaldo Cunha Lima – Elcio Alvaes – Carlos Bezerra Nabor Junior – José Eduardo Dutra – Benedita da Silva – Lúcio Alcântara – Marina Silva – Gilvan Borges – Roberto Freire – Edison Lobão – Totó Cavalcante – Roberto Requião – Sérgio Machado – Levi Dias – Lúdio Coelho – Carlos Wilson.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL

#### SEÇÃO VII Das Comissões

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§1º Na constituição das Mesas e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

§ 2º Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 4º Durante o recesso, haverá uma comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita a disposições específicas constantes dos artigos 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lúdio Coelho.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos.

**O SR. LÚDIO COELHO** (PSDB-MS) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, anteontem, estava em Buenos Aires numa reunião do Mercosul, quando tomei conhecimento da invasão do Ministério da Fazenda aqui, em Brasília.

Acompanhei, com bastante preocupação, o pronunciamento dos Srs. Senadores e as notícias na imprensa nacional sobre a invasão no Ministério da Fazenda e nas usinas de geração e distribuição de energia elétrica. Ouvimos há pouco o pronunciamento do Senador Gilvam Borges. Na minha avaliação, isso faz parte de uma mesma linha de procedimento. Existe uma corrente minoritária de opinião pública que deseja contestar a ordem e a lei.

Quero falar aos Senadores do meu País, trazer o meu apoio ao Senhor Presidente da República e lembrar que a grande maioria silenciosa desta Nação que elegeu Sua Excelência para fazer as reformas de que a Nação precisa, as reformas que o candidato Fernando Henrique Cardoso prometeu à Nação, deseja que essas reformas sejam feitas dentro da ordem, da lei e com respeito à Constituição.

Quero afirmar aqui que o Presidente Fernando Henrique precisa estar muito atento ao que a Nação deseja, para que Sua Excelência leve a bom termo as reformas, não obstante as provocações.

Hoje, li em jornais de grande circulação em nosso País ameaças feitas pelo Sindicato dos Eletricitários, no sentido de que iam invadir mais usinas de geração e distribuição de energia, caso não fossem atendidas as suas reivindicações.

A Nação precisa estar atenta. Não podemos permitir o desrespeito à autoridade constituída. O Presidente da República precisa ter a cautela que sempre teve na condução da administração pública do nosso País, mas deve ter energia suficiente para resguardar os interesses maiores da nossa Pátria.

Era o que eu tinha a transmitir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 20 minutos.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB-PA) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, quero trazer, mais uma vez, a esta sessão do Senado a questão de mais um conflito que se avizinha no nosso Estado do Pará.

**O Liberal**, jornal de maior circulação no Pará, traz manchete abordando o problema do aumento de tensão em Serra Pelada, falando de lideranças ameaçadas de morte, apontando uma série de possibilidades de acontecimentos em função da falta de entendimento entre os garimpeiros e a Companhia Vale do Rio Doce.

Sr. Presidente, tenho defendido permanentemente nesta Casa que aquela área, por direito, pertence aos garimpeiros da Cooperativa de Serra Pelada, porque foram eles que a descobriram em 1970 e lá começaram a trabalhar. A Vale surgiu posteriormente a esse trabalho, tentando se apresentar como dona, utilizando-se de um alvará de decreto de lavra concedido para minério de ferro em 1974. Passaram-se seis anos sem que ela absolutamente nada tivesse feito. Portanto, esse alvará deveria ter caducado, além do que havia uma dúvida muito grande sobre se ele englobava realmente a área de Serra Pelada ou não. Posteriormente, a Constituição brasileira, por proposta nossa, estabeleceu que os garimpeiros teriam prioridade no direito de exploração da área onde estivessem atuando. Agora, depois de dezessete anos de verdadeira perseguição feita pela Companhia Vale do Rio Doce e pelo Departamento de Produção Mineral contra os garimpeiros de Serra Pelada, por uma ação persistente e constante de chantagem, de perseguição, de dificultamento do trabalho dos garimpeiros ao longo de anos e anos, essa empresa e esse órgão do Governo conseguiram afastar esses trabalhadores de Serra Pelada, pelo menos a grande maioria deles, quase 90% – eles eram 80 mil, hoje estão reduzidos a 6 mil e poucos.

Por um longo processo – a palavra correta que não me vinha à memória naquele momento era sabotagem – de sabotagem, a Vale do Rio Doce e o Departamento Nacional de Produção Mineral conseguiram afastar os garimpeiros pelo cansaço.

Depois de fazer com que eles fossem embora – o lago onde está o ouro, a localidade da cava hoje tem um lago de mais de 70 metros de profundidade; portanto, necessitando de muitos recursos para se fazer a exploração do ouro -, eles começaram a fazer há cerca de um ano e meio o que nós, que sempre defendemos a democratização da exploração da riqueza mineral no nosso País e principalmente no

que se refere ao ouro, à cassiterita e às pedras preciosas, e que já defendíamos que fosse feito há muito tempo, ou seja, um estudo geológico do garimpo, com perfurações de sondagem para estudar o solo.

Se o Governo tivesse o mínimo de boa vontade, o que faria ao longo de todos esses anos? Teria colocado uma equipe técnica do Departamento Nacional de Produção Mineral para fazer a sondagem, para orientar o garimpeiro onde deveria e onde não deveria trabalhar, para que o garimpeiro não trabalhasse no escuro como sempre fez, facilitando o trabalho dele, orientando, ensinando novas técnicas. Muito pelo contrário, eles só chantagearam e sabotaram o garimpo durante todos esses anos. Depois de todo esse tempo, começaram a fazer a sondagem. Ora, é evidente que a sondagem não visa mais a servir aos garimpeiros; a sondagem visa a que a Companhia Vale do Rio Doce faça a exploração da mina.

Durante um ano e meio, fizeram essa sondagem. Inclusive, critiquei veemente a Cooperativa dos Garimpeiros, porque esta permitiu que a Companhia Vale do Rio Doce fizesse a sondagem sem um acompanhamento por parte dos garimpeiros e dos diretores da cooperativa. Eles informaram que estavam impossibilitados de fazer o acompanhamento, porque a Vale do Rio Doce trabalhava cercada pela Polícia Federal. Eu disse: "Se fosse na minha casa, isso não aconteceria, assim como não deveria acontecer na de vocês. Vocês estão errando ao deixarem isso ocorrer".

Sabendo das pesquisas que estavam sendo feitas, no dia 27 de janeiro, encaminhei um requerimento, através desta Casa, solicitando que a Vale do Rio Doce informasse ao Senado Federal o resultado das suas pesquisas naquele garimpo. Passados 20 dias, a Vale do Rio Doce anunciou a descoberta de 150 toneladas de ouro na Serra Leste, que não fica distante nem mesmo 1,5 quilômetros de Serra Pelada.

Ora, a partir daí, surgiram dúvidas. A resposta da Vale do Rio Doce não atende ao que perguntei. Inclusive, hoje, estou fazendo outro requerimento, reiterando o requerimento anterior, para que algumas questões sejam definitivamente esclarecidas.

**O Sr. Ernandes Amorim - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?**

**O SR. ADEMIR ANDRADE -** Com muita satisfação, concedo o aparte ao Senador Ernandes Amorim.

**O Sr. Ernandes Amorim -** Senador Ademir Andrade, tenho acompanhado o trabalho de V. Ex<sup>a</sup> em relação a essa questão. Sou oriundo de uma região, onde o meu município é detentor da maior mina de cassiterita do mundo, Ariquemes, Rondônia. Sabemos que neste Brasil mais de 400 mil garimpeiros estão aí à margem da lei após 1988, quando o DNPM ficou de regulamentar a profissão desses trabalhadores e não o fez. O DNPM jamais se preocupou em defender os interesses dos garimpeiros. Esse órgão do Governo sempre teve diretores afilados com a Vale do Rio Doce, com a Paranapanema e, por isso o garimpeiro ficou esse tempo todo abandonado, marginalizado. Quando se descobriu essa mina de ouro no Pará, assim como a de cassiterita em Rondônia, evidentemente a guardada para a legalização era das grandes empresas – no passado era da Paranapanema e nesse caso é da Vale do Rio Doce. Em reunião esta semana, junto aos Presidentes do BNDES e da Vale, em todas as exposições que fizeram, vemos que não há necessidade da venda da Companhia Vale do Rio Doce. E dizem até que com o dinheiro da venda dessa estatal o Governo quer fazer assentamentos. Se se respeitasse o direito de 6 mil garimpeiros hoje naquela área, eles continuariam ali trabalhando e produzindo riquezas para o País dentro de uma profissão que aprenderam a trabalhar. Mas se retirarem eles de lá para dar a mina à Vale, e esta vender o garimpo para grupos estrangeiros ou capital estrangeiro, evidentemente, que essa gente ficará desempregada. O que arrecadam com a venda da Vale não dará para assentar os sem-terra que existem. Imaginem se aos sem-terra acumular o número de garimpeiros que exploram esses setores? A Vale nem sabe o que tem na Amazônia. Temos informações de técnicos que fizeram o levantamento na CPI da Mineração que avaliaram o subsolo da Amazônia em 1 trilhão e 500 milhões de reais. Senador Ademir Andrade, querem entregar por 5 ou 10 bilhões de dólares um patrimônio como é a Vale e o subsolo da Região Norte ou da Amazônia. Tratando-se dessa mina de ouro, evidentemente, que os garimpeiros deveriam ser o dono dessa exploração, porque a própria Constituição – da qual V. Ex<sup>a</sup> participou de sua elaboração em 88 – deu poderes às cooperativas e aos garimpeiros que estivessem naquela área para serem os donos, ou seja, os requerentes dessas jazidas. Por isso V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Oxalá que o Presidente, junto ao DNPM e ao Ministro das Minas e Energia, reconheça os direitos de tanta gente que, não só nesse garimpo, mas também em Rondônia, à mercê da sorte, sequer, tem um amparo legal. Por isso parabenizo V. Ex<sup>a</sup> por este discurso.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ernandes Amorim.

Reitero, portanto, o meu pedido de informação à Companhia Vale do Rio Doce. Faço questão, Sr. Presidente, de chamar a atenção do que estou querendo saber, porque, agora, estou sendo extremamente claro para que a Vale responda, sem fugir daquilo que precisamos saber.

São as seguintes as informações solicitadas:

1. Qual é o resultado obtido pela CVRD com os estudos realizados na área do Decreto de Lavra nº 74.509, de dezembro de 1974, com relação à pesquisa de ouro?

E o que interessa de fato:

2. Qual é a localização exata dos extremos da área estabelecidos neste decreto, devidamente plotados em mapas?

3. Quantos furos de sondagens foram feitos e qual a localização exata, plotada em mapa, de todos os que foram realizados na área desse decreto?

4. Quantos furos foram feitos dentro da área de Serra Pelada e qual o resultado desses furos e a sua localização exata plotada em mapa?

5. Como se apresenta o mapa geológico da área em questão, com as respectivas definições de profundidade em que o ouro foi encontrado e a cota desses furos?

6. O que diz o relatório técnico de sondagem que estabeleceu as reservas em 150 toneladas de ouro?

Ora, esses fatos são absolutamente desconhecidos da Nação brasileira, e não sei se o Departamento Nacional de Produção Mineral tem conhecimento do resultado dessa sondagem.

O Senador Ernandes Amorim mencionou aqui, mas a verdade é que o Departamento Nacional de Produção Mineral é comandado pelo Ibram – Instituto Brasileiro de Mineração. Quem define, dirige, manda, segue as técnicas é o Ibram, associação que congrega todas as grandes mineradoras deste País. É ele que dita as normas da nossa política mineral e diz como o DNPM deve agir. O DNPM tem sido, ao longo de toda sua história, inimigo da micromineração, inimigo do garimpeiro, inimigo daquele que tem condição de explorar a riqueza, ganhar alguma coisa com ela e reinvestir, aplicar, trazendo desenvolvimento a sua própria região.

O meu Estado cresceu muito; é um Estado que tem imensas cidades que se consolidaram e se

constituíram com o garimpo. Cidades como Redenção, no sul do Pará, cidades como Altamira, Itaituba cresceram e se consolidaram com o garimpo, com a exploração do ouro pelo cidadão comum.

A grande empresa, quando chega na área, emprega pouca gente, ganha uma fábula de recursos, nada paga ao Estado, porque ganha concessão de graça – o Estado lhe dá a concessão da exploração mineral sem cobrar absolutamente nada. Sobre o ouro, paga 1% de imposto, quando paga, e sempre leva o dinheiro para reinvestir ou aplicar em outras regiões do País.

De forma que essa situação em Serra Pelada está muito grave, muito mais do que se possa imaginar. Os garimpeiros, a partir deste final de semana, resolveram radicalizar a luta porque depois que denunciamos aqui desta tribuna que uma juíza federal sentenciou que a propriedade não é da Vale, esta recuou e começou a negociar.

A negociação que a Companhia Vale do Rio Doce propõe se restringe a indenizar os garimpeiros que estão dentro de Serra Pelada – 6 mil garimpeiros -, pagar a eles as benfeitorias de suas casas, de suas terras para mandá-los embora, como também fazer um projeto com empregos, não sei exatamente como. O que ela quer é resolver o problema desses 6 mil. Ocorre que a Cooperativa tem 22,7 mil associados, pessoas que foram donas de barrancos e tinham alguma participação.

Serra Pelada foi um processo interessantíssimo de divisão de riqueza. O dono do barranco vendia ações desse barranco por toda a região. Na região do Sul do Pará e do Maranhão, não há médico, dentista, dono de padaria que não seja sócio de um barranco em Serra Pelada. Compraram um, dois ou três por cento de um barranco, a fim de que o dono original captasse dinheiro e fizesse o rebaixamento para a procura do ouro. Essa questão envolveu milhares de pessoas.

Os sócios dessa cooperativa propõem ao Governo receber uma indenização ou que o Governo deixe, definitivamente, tanto Serra Pelada quanto Serra Leste – é uma coisa só – para eles, para que possam, a partir daí, contratar empresas e fazer qualquer tipo de negociação. Não falta empresário que queira explorar em associação com a cooperativa, que teria a sua participação no processo de exploração. Mas a Vale está intransigente, diz que é dona e que está acabada a conversa.

Há, portanto, a iminência de um novo conflito no Estado do Pará. Os garimpeiros estão reunidos e resolveram paralisar as sondas da Vale do Rio Doce. Não aceitam que a indenização seja feita, ex-

clusivamente, para as 6 mil pessoas que estão em Serra Pelada, conforme a Vale, agora, está propondo. Antes, ela não queria conversa de espécie alguma, mas depois que denunciamos e trouxemos a sentença da juíza aqui e mostramos que ela não tem direito sobre a área, a Companhia Vale do Rio Doce já está negociando, mas só quer negociar com os 6 mil garimpeiros.

Os jornais de hoje noticiam que os garimpeiros – creio que para um processo de negociação – estão querendo 2 bilhões de reais para abrir mão da exploração da riqueza dessa área. Para chegarem a esse valor, eles certamente avaliaram as 150 toneladas de ouro que podem não ser apenas 150; podem ser 300, 400 toneladas ou muito mais do que isso. Ninguém conhece. A Vale trancou esses dados como uma caixa preta.

Como ela é uma empresa pública, e a questão não pode viver escondida, não se trata de sigilo, estamos entregando à Mesa este pedido de informações e, a partir daí, Sr. Presidente, haveremos de definir quem tem razão. Em nosso entendimento, a descoberta foi feita no ouro de Serra Pelada.

Solicito à Mesa que agilize o máximo possível o encaminhamento deste requerimento ao Ministro, porque isso poderá ajudar a definir essa questão. Solicito, também, que seja transcrita nos Anais do Senado, como uma forma de alerta para o Governo, para que novas chacinas não ocorram, matéria publicada no jornal **O Liberal** de ontem, sob o título "Aumenta a Tensão em Serra".

**O Sr. Humberto Lucena** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador Ademir Andrade?

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Com muita satisfação, Senador Humberto Lucena.

**O Sr. Humberto Lucena** – Antes que conclua, eu gostaria de dizer que ouvi o seu pronunciamento e penso que V. Ex<sup>a</sup> faz muito bem, como Senador pelo Pará, de alertar o Senado e a Nação e, por via de consequência, o próprio Governo para os fatos tão graves que estão acontecendo no Pará, relacionados, mais uma vez, com o garimpo de Serra Pelada. Não é somente agora que temos acontecimentos dessa natureza naquela área; há muito tempo, V. Ex<sup>a</sup>, mais do que ninguém, sabe que vêm ocorrendo ali, periodicamente, vários fatos que nos preocupam a todos. Agora que estamos realmente vivendo um período muito difícil no País, diante da crise social que se agrava como consequência da política econômica de combate à inflação, evidentemente que o Governo tem que estar atento para o que diz V. Ex<sup>a</sup>, sobretudo o Sr. Ministro de Minas e Energia e o Sr.

Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, para evitar que mais um conflito de grande ou de menor repercussão possa ali acontecer, como ocorreu no caso dos sem-terra. Não podemos viver apenas a esperar que os fatos aconteçam para depois tomar as providências. Então, eu o estou ouvindo e quero dizer que V. Ex<sup>a</sup> está no caminho certo. Sou parlamentar há mais de 40 anos e sempre agi como V. Ex<sup>a</sup> faz neste momento. Espero que o Governo ouça V. Ex<sup>a</sup>, que o Sr. Ministro das Minas e Energia tome as providências adequadas e eficazes para evitar preventivamente qualquer acontecimento mais grave nessa área. Se for o caso, V. Ex<sup>a</sup> poderá, inclusive, mais adiante, convidar o Sr. Ministro de Minas e Energia para vir a uma das comissões – talvez a de Infra-Estrutura do Senado Federal –, a fim de debater mais profundamente o assunto para que tenhamos a solução para esse caso que envolve tantos milhares de trabalhadores brasileiros.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** – Agradeço a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

Quero acrescentar, Sr. Presidente, que o Senador Lúdio Coelho foi tão rápido em seu pronunciamento que não tive tempo de apartá-lo. Quando eu menos esperava, S. Ex<sup>a</sup> já havia descido da tribuna. Gostaria de somar-me a S. Ex<sup>a</sup> no que se refere à questão do diálogo. A atitude do Ministro Pedro Malan, ao dialogar com os funcionários, foi extremamente sensata, correta e lúcida. Muitas pessoas vivem a dizer que S. Ex<sup>a</sup> deveria ter mandado a polícia retirar, a qualquer custo, aqueles trabalhadores. Mas é preciso levar em conta que aqueles trabalhadores estão desde janeiro esperando o aumento salarial. Não é isso, Senador Humberto Lucena? Todos nós já falamos a favor desse aumento. Infelizmente, não nos cabe constitucionalmente propor aumento, porque essa é uma prerrogativa do Presidente, mas Sua Exceléncia não concede o aumento, nem conversa com eles para dizer por que não o faz.

Depois de quase quatro meses esperando negociação, entraram em greve; não foram recebidos, não foram ouvidos. Tiveram, então, que tomar uma atitude para serem escutados, e foi o que fizeram, no caso da ocupação do Ministério da Fazenda.

Mas veja V. Ex<sup>a</sup> que, quando há diálogo, quando há entendimento, tudo se resolve. É o que poderia ter acontecido com aqueles trabalhadores sem terra, foi o que aconteceu com os funcionários públicos e é o que eu espero possa acontecer com os garimpeiros de Serra Pelada.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**SEGUE DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ADEMIR ANDRADE EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

**AUMENTA TENSÃO NA SERRA**

**Liderança ameaçada de morte é retirada do garimpo pela Vale**

Pelo menos um líder garimpeiro, bastante antigo em Serra Pelada e conhecido pelo codinome de "Jucá", teve que ser retirado às pressas ontem pela manhã, juntamente com sua família. Ameaçado de morte, ele, a mulher e os filhos foram retirados de Serra Pelada e transportados para Carajás a bordo de um helicóptero da Companhia Vale do Rio Doce.

A informação foi passada por telefone logo cedo para a redação de *O Liberal* por um morador de Serra Pelada e confirmada pouco depois por um executivo da Vale lotado em Carajás. De acordo com o informante, a retirada de Jucá foi recomendada pelas autoridades policiais tendo em vista o clima de explosiva tensão que se abateu sobre o povoado nas últimas horas. Outros garimpeiros estão ameaçados de morte e até os funcionários da Vale já correm "risco de vida", disse o informante, dizendo-se garimpeiro e que pediu para não ser identificado por medo de represálias.

O funcionário da Vale, lotado na Superintendência das Minas de Carajás, considerou procedente a denúncia e admitiu que a direção da empresa já teme pela integridade de seus empregados e de todo o pessoal técnico envolvido nos trabalhos de pesquisa em Serra Leste. "O que está acontecendo é um diálogo de surdos. Nós já fizemos tudo o que era possível fazer para manter aberto o diálogo. Fomos a uma reunião promovida pelo governo do Estado através de sua Procuradora Geral, participamos na Assembléia Legislativa de um debate convocado pelos deputados e comparecemos, no Rio de Janeiro, a uma reunião com técnicos credenciados do governo do Pará e do governo federal", disse ele. E acrescentou:

"Em todas essas ocasiões, exibimos documentos comprovando de forma inquestionável os nossos direitos minerários e apresentamos propostas concretas para um entendimento com os moradores de Serra Pelada. E até agora a resposta que temos dos garimpeiros é o recrudescer das ameaças, o bloqueio dos nossos equipamentos e a imposição de pesados prejuízos financeiros."

**Radicalização** — A decisão dos garimpeiros de rejeitar o acordo proposto pela Vale foi tomada na sexta-feira, 10, em assembleia geral realizada em Serra Pelada. A categoria também decidiu radicalizar o movimento de resistência às operações da empresa na região. Além de manter a paralisação das 13 sondas operadas por prestadoras de serviços contratadas pela Docegeo — empresa de pesquisas minerais controlada pela Vale —, os garimpeiros ameaçaram destruir os equipamentos e até mesmo dinamitar a Estrada de Ferro Carajás.

A retomada de operação das sondas foi uma das quatro condições impostas pela Companhia Vale do Rio Doce para negociar com a comissão dos garimpeiros que, na terça-feira, 7, participou na sede do Departamento Nacional da Produção Mineral, no Rio de Janeiro, de uma reunião com técnicos da própria Vale, representantes do governo do Estado, o prefeito de Curionópolis, João Calmon Neto, e o secretário de Minas do Ministério das Minas e Energia.

A proposta apresentada pela Vale na ocasião contém um projeto de matriz social que abrange programa habitacional, geração de empregos, capacitação de mão-de-obra e pagamento de indenizações sobre posse e benfeitorias para os moradores de Serra Pelada. Todos esses itens acabaram rejeitados na assembleia geral de sexta-feira. Alguns garimpeiros que defenderam a continuidade das negociações com a Vale, admitindo por extensão a liberação das sondas, foram silenciados com ameaças, segundo informações chegadas a Belém ontem pela manhã.

**Garimpeiros querem receber da estatal indenização de R\$2 bilhões**

*Edivaldo Mendes*

**Serra Pelada** — Em resposta à proposta da Companhia Vale do Rio Doce, de indenizar apenas quem tem benfeitorias em Serra Pelada e arrumar emprego para quem quiser ir trabalhar no centro-oeste maranhense (de onde veio a maioria dos que foram tentar a sorte no garimpo), os garimpeiros decidiram que vão exigir uma indenização de R\$2 bilhões para deixar.

A proposta foi decidida ontem de manhã, entre as lideranças do sindicato, cooperativa e outras entidades que abrigam os garimpeiros. Pelas contas dessas lideranças, e com base no valor exigido, cada um das cerca de 22,7 mil filiados da Cooperativa dos Garimpeiros teria a receber pouco mais de R\$8 mil. Segundo o advogado da categoria, Roberto Carosi, o valor foi estipulado com base nas estimadas 150 toneladas de ouro da jazida descoberta pela Vale.

Quanto à indenização das benfeitorias, o advogado disse que ela seria aceita em separado. Ou seja, cada dono de imóvel ou plantação dentro de Serra Pelada receberia não só a indenização das benfeitorias como também a parte que lhes caberia dos R\$2 bilhões. Sobre quem teria mais a receber desse dinheiro, o presidente do Sindicato dos Garimpeiros afirmou que as cotas seriam iguais, "independente de quem tinha barranco ou era apenas empregado dos donos desses barrancos".

**Multa** — Tão logo todos os citados na ação de interdito proibitório proposta pela Vale sejam citados pela Justiça, o advogado dos garimpeiros vai contestar a ação da estatal, que foi liminarmente deferida pelo juiz Laércio Larêdo de Almeida, da Comarca de Curionópolis. A intenção é evitar que sejam cobrados os R\$10 mil diários de multa impostos pela Justiça por causa da interdição do acesso a Serra Pelada.

Na ação foram citados dirigentes da cooperativa (Francisco Rocha e Salustiano Assunção), do sindicato (Fernando Marcolino e Manoel Marciano), da associação de garimpeiros (Aurino dos Santos), da associação dos bairros de Serra Pelada (Maurício "Carioca" Braga), da associação dos eletricistas de Serra Pelada e os garimpeiros Agamenon Sales e Eliezer Jucá. Quando todos tiverem sido citados, o advogado dos garimpeiros tem um prazo de quinze dias para fazer a contestação.

Segundo Marcolino, nesta semana será protocolada na Justiça uma ação para garantir os 100 hectares concedidos pelo governo federal para a exploração de ouro na cava grande e na área de rejeito de Serra Pelada. Essa concessão foi feita através da Lei nº 7.197, de 1984, e tinha duração de três anos "ou quando o garimpo atingisse uma cota de profundidade determinada", segundo detalha a proposta da Vale encaminhada às lideranças garimpeiras.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) — Esgotou-se a lista de oradores inscritos.

A Srª Senadora Benedita da Silva enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno do Senado Federal.

S. Exª será atendida.

**A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ)** — Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, comemorou-se, em todo o país, no dia 12 de Maio, o Dia do Enfermeiro.

Atividade básica da saúde, a Enfermagem representa cerca de 53% (cinquenta e três por cento)

do total de trabalhadores na área de saúde. Destes, 98% (noventa e oito por cento) são mulheres que lidam, no dia-a-dia, com dupla e até tríplice jornada de trabalho.

Na área hospitalar, a grande maioria desses profissionais convivem com inadequadas condições de trabalho: longas horas de pé, trabalho noturno, stress, convívio com a doença e morte iminente, grande esforço físico, desgaste visual devido à luminosidade interna, contato direto com pacientes portadores de doenças infecto-contagiosas, contato com medicamentos imuno-depressores e quimioterápicos, contato direto com doentes em tratamento de radioatividade, contato com sangue e seus derivados contaminados ou não, etc.

A exposição a fatores que prejudicam sua saúde, por si só, já os fazem merecedores de uma jornada de trabalho especial. E esta é uma luta antiga da categoria, que teve início com a apresentação, em 1989, na Câmara dos Deputados, de proposta de minha autoria sobre jornada, piso salarial e condições de trabalho para os enfermeiros, além de proposições, com o mesmo objetivo, apresentadas por outros parlamentares, referentes aos auxiliares e técnicos. Os projetos tramitaram nas duas Casas do Congresso e, no dia 30 de novembro do ano passado, o Senado Federal aprovou proposição que se referia somente à jornada de trabalho. Apesar de ter sido aprovado por unanimidade, o Presidente da República, desconhecendo a articulação da categoria junto aos líderes partidários, vetou integralmente o projeto, no dia 21 de dezembro passado.

A partir de então, a enfermagem brasileira, através de suas entidades nacionais (Federação Nacional dos Enfermeiros e Associação Brasileira de Enfermagem) vêm travando uma luta incansável pela derrubada do veto presidencial.

Sr. Presidente, a Enfermagem é o único setor profissional da área de saúde que ainda não conquistou esta jornada, sendo que as 30 horas semanais é indicada para a concretização e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), através do justo tratamento aos profissionais responsáveis pelo seu funcionamento. Portanto, esta reivindicação transcende o caráter corporativo para incorporar-se às lutas de interesse da sociedade.

A regulamentação da Enfermagem tem sido uma luta árdua e incansável, com o propósito de aprovação de uma Lei que ofereça condições dignas e jornada de trabalho a esses profissionais, responsáveis pela assistência aos pacientes nas unidades de saúde, vinte e quatro horas. A definição de 30 horas de jornada semanal de trabalho não significa rei-

vindicação de privilégios, mas sim a garantia da necessária igualdade entre os profissionais da área de saúde, em estrito cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXII da Constituição Federal, que proíbe a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos, bem como a garantia de um trabalho de qualidade à população.

O Congresso Nacional precisa confirmar a aprovação ocorrida em novembro passado pelo Senado Federal, derrubando o veto presidencial, o que representa o passo inicial de uma longa caminhada com o objetivo de assegurar um melhor atendimento aos usuários dos serviços de saúde em nosso País.

Nada mais justo, então, que os Enfermeiros alcancem esta conquista como presente pela passagem de seu dia, transcorrido dia 12 de maio, até por uma questão de justiça, porque representa a igualdade de condições de trabalho que outras categorias já possuem.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Valmir Campelo) – A Presidência designa para a sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, às 14h30min, a seguinte

## ORDEM DO DIA

– 1 –

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 1994

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1994 (nº 3.434/92, na Casa de origem), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o *jus postulandi*, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista, tendo

Pareceres sob nºs 267, de 1995; e 202, de 1996, da Comissão

- de Assuntos Sociais – 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento (nos termos do Requerimento nº 759/95): favorável, nos termos de substitutivo que apresenta.

– 2 –

### SUBSTITUTIVO DO SENADO AO

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 1995

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1995 (nº 3.970/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a participação das partes interessadas nas reuniões de órgãos colegiados da administração pública direta, tendo

Parecer sob nº 190, de 1996, da Comissão

- Diretora, oferecendo a redação do vencido.

- 3 -

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI  
DO SENADO**

Nº 348, DE 1991

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 348, de 1991, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que dá nova redação ao art. 9º do Decreto-lei nº 3, de 27 de janeiro de 1966, que disciplina as relações jurídicas do pessoal que integra o sistema de atividades portuárias, tendo

Parecer sob nº 209, de 1996, da Comissão  
- Diretora, oferecendo a redação do vencido.

- 4 -

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 1993**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1993 (nº 1.858/91, na Casa de origem), que modifica a redação do art. 22 da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, que altera o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas, tendo

Pareceres sob nºs 187 e 188, de 1996, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania (em virtude de deliberação da Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do Ofício nº 7/95-CAS), pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto; e

- de Assuntos Sociais, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta.

- 5 -

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 1994**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1994 (nº 649/91, na Casa de origem), que modifica a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública, para estendê-la à segurança, saúde e interesses difusos dos trabalhadores, e dá outras providências, tendo

Pareceres sob nºs 224 e 600, de 1995; e 216, de 1996, da Comissão

- de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: favorável ao Projeto, com as emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: favorável à emenda nº 4, oferecida perante à Mesa; e 3º pronunciamento: (nos termos do Requerimento nº 1.301/95, de reexame), ratificando os pareceres anteriores, apresentando, ainda, a emenda nº 5-CCJ, de redação.

- 6 -

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 1995**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 1.589, de 1995)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 264, de 1995, de autoria da Senadora Pedro Simon, que altera a redação da alínea e do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Roberto Requião, em substituição à Comissão de Educação.

- 7 -

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

Nº 27, DE 1995

Segundo dia de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 27, de 1995, de autoria do Senador Odacir Soares e outros senhores Senadores, que dá nova redação à alínea e do inciso II do § 5º do art. 128 da Constituição Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 822, de 1995, da Comissão

- de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h30min.)

**ATA DA 61ª SESSÃO DELIBERATIVA  
ORDINÁRIA REALIZADA EM 9 DE  
MAIO DE 1996**

(Publicada no DSF, de 10 de maio de 1996)

**RETIFICAÇÃO**

Na ata, à página nº 7850, 2ª coluna, republique-se, por haver saído com incorreções, o seguinte:

**PARECER Nº 235, DE 1996**  
(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1993 (nº 2.801, de 1992, na Casa de origem).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1993 (nº 2.801, de 1992, na Casa

de origem), que altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 1.001 e 1.002, de 21 de outubro de 1969, Códigos Penal Militar e de Processo Penal Militar, respectivamente.

Sala de Reuniões da Comissão, 9 de maio de 1996. – **Júlio Campos**, Presidente – **Renan Calheiros**, Relator – **Emilia Fernandes** – **Eduardo Suplicy**.

#### ANEXO AO PARECER Nº 235, DE 1996

**Dispõe sobre a jurisdição dos crimes dolosos contra a vida praticados por militares, alterando dispositivos do Decreto-Li nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar – e do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 – Código de Processo Penal Militar.**

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O art. 9º do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar – passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º .....  
II – .....

c) por militar em serviço ou atuando em razão de sua função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;

f) revogada

§ 1º O processo e o julgamento dos crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida, consumados ou tentados, e cometidos contra civil, serão da competência da Justiça comum, exceto quando manifestamente caracterizados no inquérito os casos de excludentes de criminalidade.

§ 2º O inquérito policial militar, nos casos contemplados no parágrafo anterior, será realizado pela autoridade militar respectiva.

**Art. 2º** Ao art. 23 do Código de Processo Penal Militar é acrescido o seguinte parágrafo:

"§ 3º Nos crimes dolosos contra a vida, consumados ou tentados, praticados contra civil, a Justiça Militar, ouvido o Ministério Público, encaminhará os autos do inquérito policial militar à Justiça comum, ressalvado o disposto no final do § 1º do art. 9º do Código Penal Militar."

**Art. 3º** O caput do art. 82 do Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 – Código de Processo Penal Militar – passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 82. O foro militar é especial e, exceto nos crimes dolosos contra a vida, consumados ou tentados, praticamente contra civil, a ele estão sujeitos, em tempo de paz:

.....  
**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 25, DE 1996

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, resolve nomear **SILVIO LEITE CAMPOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com exercício na Presidência do Senado Federal.

Senado Federal, 13 de maio de 1996. – Senador **José Sarney**, Presidente.

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 26, DE 1996

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, resolve designar **HYPOLITO DA SILVA**, Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transportes, Especialidade de Transportes, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para substituir o Diretor da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro, Símbolo FC-8, durante os afastamentos e impedimentos eventuais do titular.

Senado Federal, 13 de maio de 1996. – Senador **José Sarney**, Presidente.

#### ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 577, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 5798/96-5, resolve dispensar o servidor **ANTONIO OSCAR GUIMARAES LÓSSIO**, matrícula 3825, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Commissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Lúdio Coelho, com efeitos financeiros a partir de 19 de abril de 1996, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 13 de maio de 1996. – **Aga-ciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 578, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 5798/96-5, resolve designar o servidor ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÖSSIO, matrícula 3825, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Lúdio Coelho, com efeitos financeiros a partir de 19 de abril de 1996.

Senado Federal, 13 de maio de 1996. – **Aga-ciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 579, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 5931/96-7, resolve dispensar a servidora NICÉA DE OLIVEIRA

COIMBRA, matrícula 3669, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador Bernardo Cabral, com efeitos financeiros a partir de 23 de abril de 1996, e lotá-la no Gabinete do Senador Iris Rezende a partir da mesma data.

Senado Federal, 13 de maio de 1996. – **Aga-ciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 580, DE 1996**

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 5931/96-7, resolve designar a servidora NICÉA DE OLIVEIRA COIMBRA, matrícula 3669, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador Iris Rezende, com efeitos financeiros a partir de 23 de abril de 1996.

Senado Federal, 13 de maio de 1996. – **Aga-ciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS- IPC

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO  
CONSELHO DELIBERATIVO DO IPC,  
REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 1996.

Depender dos acontecimentos marcaria outra reunião para tratar dos assuntos atinentes a reforma previdenciária e sua repercussão ao IPC, encerrou a reunião às ~~dez~~ <sup>dezoito</sup> horas e ~~quinze~~ minutos. E, para constar, eu ~~apostillei~~ <sup>assinou</sup> RAYMUNDO URBANO, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e pelos membros do ~~egregio~~ Conselho Deliberativo.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de hum mil, novecentos e noventa e seis, às dezesete horas, reuniu-se, extraordinariamente, o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, em sua Sede, situada no Anexo I da Câmara dos Deputados, 25º andar, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Deputado Heráclito Fortes, com a presença dos Senhores Conselheiros Senadores Nabor Júnior, Carlos Patrício, Lucio Alcântara, Deputados Manoel Castro, Zila Bezerra, Theodorico Ferrão, Wilson Braga, Pedro Correia e Freire Júnior. Presentes, também, o Vice-Presidente, Senador Carlos Bezerra, o Diretor-Executivo, Afrísio Vieira Lima Filho; e o Secretário do Conselho, Doutor Raymundo Urbano. Verificado o quórum regimental, o Presidente deu início aos trabalhos, alvindo a discussão. Ele disse que o motivo desta reunião extraordinária era para o Conselho tomar conhecimento, discutir e formar posição sobre os últimos acontecimentos resultante da Proposta de Emenda à Constituição que trata sobre a Previdência Social e por extensão, sua repercussão ao nosso Instituto. Lembrou que na última reunião ordinária, deste Conselho, realizada no dia 14 de dezembro último, ele trouxe uma informação sobre essa proposta do Governo. A informação era de que, resultante a uma reunião do Colégio de Líderes no Congresso, a questão do IPC ficaria para ser tratada no momento da elaboração da Lei Complementar. Disse que achou essa decisão dos líderes muito lúcida, porque se teria tempo suficiente para examinar a questão com estudos mais aprofundados, podendo mesmo na ocasião, adequar o IPC a uma fórmula conciliatória. Quando tudo nos parecia resolvido, disse o Presidente, os acontecimentos se precipitaram com a posição do Presidente da Câmara avocando a proposta e ao mesmo tempo anunciamdo a extinção pura e simples do IPC. Continuando, disse que o momento não deixava de ser preocupante, porque a mídia votou-se contra o Instituto, informando de forma distorcida a realidade do IPC, colocando assim a opinião pública contra a Instituição. Dado esses acontecimentos, entendeu a necessidade desta convocação extraordinária para que este Colegiado possa, como um todo, adotar providências administrativas e defender a perenidade do Instituto. Em seguida, o Presidente consultou sobre a reabertura dos empréstimos e do financiamento de veículos. O primeiro a emitir opinião foi o Dep. Manoel Castro. Segundo ele, o momento não se revela oportuno para isso, devendo prevalecer agora a finalidade precípua do Instituto, que é a da previdência propriamente dita. No momento, a reabertura desses empréstimos poderia dar uma conotação de maioria privilegiada, atribuindo a nos parlamentares. Seu voto é contra. Foram ouvidos todos os outros Conselheiros e o resultado foi no sentido de não reabrir os empréstimos. Resguardados porém aqueles casos de extrema necessidade comprovadamente grave, premente e inadiável. Continuando, o Presidente disse que está elaborando um questionário sobre o IPC para encaminhar a todos os parlamentares. A finalidade desse questionário é identificar a tendência dos parlamentares. O questionário é constituído de quatro itens: o 1º se o IPC continua com o mesmo sistema, mantida a lei 7.087/82; 2º se o IPC continua com modificações, ajustando as contribuições e benefícios ao da Previdência Oficial; o 3º item, se o IPC continua, com modificações, ajustando o seu sistema da Previdência Complementar e finalmente 4º item, se extingue o IPC, garantidas as pensões e devolvendo as contribuições aqueles que ainda não recebem pensão do Instituto. A ideia da emissão desse questionário foi aprovada por todos os senhores Conselheiros. O Presidente disse que ele pessoalmente acha que a grande maioria dos parlamentares não assimilarão a extinção pura e simples do Instituto. O Conselheiro Theodorico Ferrão disse que não entende porque esse tratamento diferenciado com o IPC quando tantos outros institutos não foram atingidos. A Deputada Zila Bezerra disse que a Previdência Parlamentar é adotada em quase todos os países do mundo, e em alguns deles, o sistema é mais liberal que o nosso. O Dep. Pedro Correia disse que a imprensa distorce a realidade do IPC, fica pregando que Deputado e Senador se aposentam com 8 anos de mandato e omite, propositalmente, que é proporcional aos anos de mandato e que a idade mínima é de 50 anos para obtenção desse direito. Disse também que os pensionistas do IPC, são os únicos que continuam contribuindo para o Órgão. Disse que são pouquíssimos os pensionistas que percebem a pensão integral. Perguntou ao Presidente quantos seriam eles? O Presidente, exibindo uma relação completa dos pensionistas, respondeu que a pensão integral era percebida por 16 ex-parlamentares, nominando todos eles. Em seguida, os Conselheiros foram comunicados da necessidade do comparecimento deles em plenário para discutirem matérias importantes. Em vista disso, o Presidente, dizendo que a

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DOS  
CONSELHOS DELIBERATIVO E CONSULTIVO,  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 1995.

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de hum mil, novecentos e noventa e seis, às onze horas, reuniu-se ordinariamente os Conselhos Deliberativo e Consultivo do Instituto de Previdência dos Congressistas-IPC, em sua sede, situada ao Anexo I da Câmara dos Deputados , 25º andar, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Deputado Heráclito Fortes, com a presença dos Senhores Conselheiros - Deputados Manoel Castro, Márcio Fortes, Zila Bezerra, Doutores Daso Coimbra e Haroldo Sauford; pelo Conselho Deliberativo e do ex-Senador e ex-Presidente do IPC, Passos Porto representando o Conselho Consultivo. Presentes, também, o Doutor Afrísio Vieira Lima Filho, Diretor-Executivo e o Doutor Raymundo Urbano, Consultor Jurídico, funcionando como Secretário dos Conselhos. Observado o quórum regimental, o Presidente deu início aos trabalhos dizendo que esta reunião conjunta havia sido convocada e estava sendo realizada por força do disposto no artigo 13 da Lei nº 7.087/82, que trata sobre a programação administrativo-financeira do IPC para o ano subsequente. O Presidente disse que antes de começar a pauta dos trabalhos, gostaria de trazer do conhecimento do Conselho informações sobre o projeto de governo sobre a previdência social em relação ao IPC. Continuando, disse que o Colegio de Líderes no Congresso, em reunião decidiu que a questão do IPC ficaria para ser tratada no momento da elaboração da Lei Complementar. Disse que achou bom, porque se teria mais tempo para fazer estudos mais apurados no sentido de se encontrar uma fórmula conciliatória . O Presidente propôs ao Conselho o envio de uma correspondência de agradecimentos à todos os parlamentares que se engajaram nesta nossa luta. Com destaque aos Deputados Jonival Lucas, Prisco Viana, Jackson Wagner, Ibraim Abiakel e ao nosso companheiro Dep. Manoel Castro. O Conselho aprovou a proposta do Presidente. Feitas essas considerações, o Presidente passou a discutir a pauta dos trabalhos e determinou ao Secretário a leitura da Ata da Reunião Ordinária anterior, realizada no dia 27 de setembro de 1996 - Após a leitura, a Ata foi colocada em discussão seguida de votação, tendo sido aprovada sem restrições. Continuando, o Presidente apresentou e fez distribuir com os membros presentes, demonstrativos financeiros sobre a atual situação do Instituto, deles, constando as atuais disponibilidades pecuniárias, as aplicações a curto prazo, os investimentos de um modo geral, o realizável a longo prazo e, finalmente, a receita oriunda dos aluguelis dos imóveis do IPC. Ainda sobre essa matéria, o Presidente prestou informações complementares, na medida que ia sendo solicitado. Em seguida, o Presidente apresentou e forneceu a todos os membros do Conselho, uma pasta contendo todas as cópias da documentação relativamente a Programação Administrativo-Financeira do IPC para o exercício de 1996. Em seguida, o Presidente fez a leitura em voz alta do seu Relatório, fornecendo todos os elementos e explicações sobre tudo que lhe era perguntado. Após a leitura do Relatório, o Presidente colocou a matéria em discussão e votação, tendo sido aprovada por unanimidade pelos dois colegiados. Continuando, o Presidente colocou em discussão, seguida de votação os Balancetes Contábeis referentes aos meses de agosto, setembro e outubro de 1995, com pareceres favoráveis pelo Relator, Conselheiro Nilson Gibson. Colocada em votação, todos os senhores Conselheiros acompanharam o voto do Relator, sendo assim, aprovada por unanimidade. Em seguida, o Presidente colocou em discussão o Relatório do Senador Nabor Júnior pelo indeferimento ao Processo nº 1929/95, do ex-Deputado Otto Santos Cunha, que pede sua exclusão à folha de pensionistas, depois de ter pedido sua reclusão em caráter irrevogável da referida folha. O Presidente, determinou ao Secretário a leitura desse relatório, o que foi feito. Após a leitura, o Conselheiro Passos Porto disse que esse assunto não deveria esgotar-se por esse parecer, propôs que essa matéria fosse condicionada a uma sindicância por se tratar de um benefício extensivo a família do requerente. Se for o caso, deve-se ouvir a advocacia da União ou mesmo ao TCU.. Acha, que até a família do interessado, deve ser ouvida. O Deputado Manoel Castro manifestou-se dizendo que, a princípio estava na mesma linha de pensamento do Relator Senador Nabor Júnior, mas acha que a proposta do ex-Senador Passos Porto tem um enfoque muito importante. Manoel Castro disse que deve-se resguardar os direitos da família. Todos os outros membros dos Conselhos, acolheram a proposta do ex-Senador Passos Porto. O Presidente,

retirou a matéria da pauta dos trabalhos e determinou ao Consultor Jurídico do IPC adotar providências para a realização da sindicância proposta. Continuando, o Presidente anunciou o último item da pauta. Aplicação de processos diversos, deferidos por ele ad-referendum do Conselho Deliberativo, num total de 865, sendo 383 de auxílio-doença deferido, 05 auxílio-doença indeferido, 446 de Inscrição de Segurados Facultativos, 024 de Pensão, 02 de Revisão de Pensão, 01 de Auxílio-Funeral, 01 Integralização de Carência e 01 de Cancelamento de Inscrição. Colocados em discussão e votação, foram todos referendados pelo Senhores Conselheiros. Continuando, no último item destinado ao que ocorrer, O Presidente disse que trazia ao conhecimento dos senhores Conselheiros uma preocupação em relação ao pecúlio requerido pelos herdeiros do Dr. Ulisses Guimarães. Disse que através de sentença judicial, a morte do Dr. Ulisses tinha sido presumida. Resultante esse fato, os herdeiros estão se habilitando ao pecúlio. Disse que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, estão encontrando dificuldades de solucionar esse problema, porque a morte do Dr. Ulisses se deu na legislatura passada e os descontos das duas diárias de cada parlamentar de que trata o Decreto-Legislativo nº 29/81, não se pode fazer naquela época, porque o corpo dele não havia sido encontrado. O Conselho ouviu as palavras sobre a preocupação do Presidente, mas nenhum membro emitiu opinião a esse respeito. Nesse momento, o Secretário do Conselho, que é Consultor Jurídico do IPC, pediu a palavra para dizer que entendia a preocupação do Presidente sobre a questão, disse, conhecer do respeito e da afeição que ele nutria pelo Dr. Ulisses, mas, que este problema do pecúlio é da responsabilidade intransférivel das duas Casas do Congresso. O IPC, nesses casos, funciona como mero depositário e repassador desse benefício, que foi instituído pelo Decreto Legislativo nº 29/81. Em seguida, o Presidente, dizendo aproveitar-se desta oportunidade, agradeceu aos seus pais, assim como a todos os funcionários da Casa, e apoio e colaboração que tem recebido de todos. Disse desejar um Natal de Paz e um Ano Novo repleto de realizações e felicidades. Continuando, determinou a transcrição na Ata dos trabalhos de todos os processos referendados pelo Conselho, conforme títulos e numeração seguintes; a) Auxílio-Doença Defrido - 2735/95, 2732/95, 2728/95, 2689/95, 2680/95, 2723/95, 2682/95, 2677/95, 2746/95, 2737/95, 2722/95, 2705/95, 2710/95, 2678/95, 2719/95, 2736/95, 2752/95, 2690/95, 2458/95, 2705/95, 2699/95, 2753/95, 2679/95, 2751/95, 2733/95, 2747/95, 2734/95, 2711/95, 2841/95, 2820/95, 2842/95, 2765/95, 2854/95, 2766/95, 2462/95, 2811/95, 2845/95, 2773/95, 2843/95, 2764/95, 2817/95, 2813/95, 2818/95, 2863/95, 2881/95, 2783/95, 2776/95, 2774/95, 2899/95, 2901/95, 2857/95, 2863/95, 2874/95, 2890/95, 2887/95, 2900/95, 2815/95, 2871/95, 2790/95, 2941/95, 2886/95, 2791/95, 2798/95, 2729/95, 2844/95, 2880/95, 2816/95, 2828/95, 2856/95, 2799/95, 2812/95, 2714/95, 2840/95, 2749/95, 2858/95, 2819/95, 2855/95, 2814/95, 2839/95, 2767/95, 2873/95, 2891/95, 2929/95, 2967/95, 2931/95, 2893/95, 2786/95, 2932/95, 2928/95, 2981/95, 2913/95, 2953/95, 2788/95, 2997/95, 2951/95, 2872/95, 2919/95, 2889/95, 2812/95, 2875/95, 2787/95, 2784/95, 2917/95, 2785/95, 2882/95, 2922/95, 2821/95, 2888/95, 2988/95, 2923/95, 2998/95, 2991/95, 3002/95, 2934/95, 2944/95, 3001/95, 2955/95, 3113/95, 2952/95, 2971/95, 2989/95, 2934/95, 2992/95, 3000/95, 2930/95, 3045/95, 3059/95, 3066/95, 3080/95, 2974/95, 3032/95, 3014/95, 3007/95, 3040/95, 2775/95, 3031/95, 2969/95, 2942/95, 3144/95, 2980/95, 2990/95, 3030/95, 3036/95, 2943/95, 3043/95, 2954/95, 3015/95, 3003/95, 3090/95, 3104/95, 3041/95, 3088/95, 3017/95, 3094/95, 3078/95, 3101/95, 3016/95, 3093/95, 3089/95, 3118/95, 3121/95, 3067/95, 3121/95, 3042/95, 3107/95, 3128/95, 3127/95, 3050/95, 3114/95, 3120/95, 3105/95, 3051/95, 3058/95, 3119/95, 3126/95, 3053/95, 3069/95, 3079/95, 3152/95, 3154/95, 3124/95, 3139/95, 3125/95, 3168/95, 3054/95, 3151/95, 2465/95, 3068/95, 3102/95, 3163/95, 3052/95, 3165/95, 3149/95, 3156/95, 2924/95, 2859/95, 3170/95, 2979/95, 3116/95, 3060/95, 3140/95, 3166/95, 3103/95, 3087/95, 3167/95, 2882/95, 3183/95, 3164/95, 3169/95, 2970/95, 3172/95, 3157/95, 2918/95, 3189/95, 3188/95, 3187/95, 3186/95, 3179/95, 3181/95, 3202/95, 3288/95, 3317/95, 3293/95, 3278/94, 3296/96, 3272/95, 3306/95, 3284/95, 3190/95, 3300/95, 3292/95, 3310/95, 3259/95, 3271/95, 3279/95, 3282/95, 3223/95, 3230/95, 3216/95, 3294/95, 3232/95, 3133/95, 3260/95, 3173/95, 3238/95, 3221/95, 3182/95, 2994/95, 3250/95, 3184/95, 3262/9, 3245/95, 3261/95, 3249/95, 3236/95, 3225/95, 3185/95, 3247/95, 3241/95, 3258/95, 3235/95, 3115/95, 3237/95, 3242/95, 3233/95, 3231/95, 3248/95, 3206/95, 3204/95, 3337/95, 3283/95, 2770/95, 3285/95, 3336/95, 3217/95, 3208/95, 3360/95, 3352/95, 3301/95, 3338/95, 3313/95, 3390/95, 3274/95, 3207/95, 3273/95, 3308/95, 3295/95, 330/95, 3286/95, 3280/95, 3305/95, 3307/95, 3291/95, 3319/95, 3205/95, 3263/95, 2227/95, 3391/95, 3382/95, 3367/95, 3309/95, 3358/95, 3384/95, 3364/95, 3340/95, 3289/95, 3356/95, 3392/95, 3400/95, 3412/95, 3215/95, 3396/95, 3287/95, 3385/95, 3406/95, 3401/95, 3383/95, 3326/95, 3327/95, 3290/95, 3413/95, 3318/95, 3394/95, 3409/95, 3209/95, 3393/95, 3281/95, 3270/95, 3325/95, 3316/95, 3407/95, 3405/95, 3362/95, 3419/95,

3368/95, 3414/95, 3341/95, 3354/95, 3361/95, 3372/95, 3359/95, 3365/95, 3505/95, 3329/95, 3445/95, 3418/95, 3430/95, 3480/95, 3357/95, 3153/95, 3416/95, 3450/95, 3442/95, 3421/95, 3432/95, 3451/95, 3408/95, 3454/95, 3277/95, 3452/95, 3363/95, 3444/95, 3472/95, 3433/95, 3420/95, 3438/95, 3427/95, 3470/95, 3434/95, 3473/95, 3458/95, 3411/95, 3426/95, 3466/95, 3459/95, 3464/95, 3443/95, 3404/95, 3415/95, 3441/95, 3437/95, 3417/95; b) Auxílio-Doença Indefrido - 2718/95, 2631/95, 1691/95, 3092/95, 3171/95; c) Requerimento de Pensão - 2264/95, 2772/95, 2567/95, 2709/95, 27899/95, 2884/95, 2823/95, 2921/95, 2822/95, 2896/95, 2937/95, 3033/95, 3129/95, 3095/95, 3026/95, 3150/95, 3228/95, 3315/95, 3240/95, 3180/95, 3380/95, 3375/95, 3381/95, 3374/95; d) Revisão de Pensão - 2993/95, 3227/95; e) Auxílio-Funeral - 2800/95; f) Cancelamento de Inscrição - 3091/95; g) Integralização de Carência - 2771/95; h) Inscrição de Segurados - 2878/95, 2850/95, 2853/95, 2909/95, 2832/95, 2848/95, 2849/95, 2806/95, 2758/95, 2792/95, 2745/95, 2805/95, 2667/95, 2685/95, 2605/95, 2652/95, 2621/95, 2651/95, 2590/95, 2610/95, 2599/95, 2593/95, 2177/95, 2636/95, 2517/95, 2538/95, 2571/95, 2467/95, 2506/95, 2510/95, 2563/95, 2537/95, 2622/95, 1341/95, 2739/95, 2755/95, 2927/95, 2959/95, 2713/95, 2741/95, 2808/95, 2797/95, 2730/95, 2588/95, 2895/95, 2827/95, 2920/95, 2852/95, 2545/95, 2480/95, 2676/95, 2691/95, 2624/95, 2673/95, 2519/95, 2665/95, 2270/95, 2608/95, 2598/95, 2637/95, 2559/95, 2416/95, 2754/95, 2671/95, 2727/95, 2597/95, 1882/95, 2847/95, 2908/95, 2913/95, 2902/95, 2903/95, 2117/95, 2916/95, 2836/95, 2570/95, 2442/95, 2611/95, 2481/95, 2834/95, 2414/95, 2653/95, 1807/95, 2602/95, 2591/95, 2546/95, 2447/95, 2482/95, 2906/95, 2731/95, 2738/95, 2693/95, 2809/95, 2668/95, 2561/95, 24561/95, 2804/95, 2912/95, 2894/95, 2643/95, 2701/95, 2575/95, 2202/95, 2625/95, 1451/95, 2866/95, 2324/95, 2254/95, 2837/95, 2277/95, 2474/95, 2352/95, 2779/95, 2861/95, 2915/95, 2910/95, 2926/95, 2830/95, 2851/95, 2801/95, 2744/95, 1177/95, 2725/95, 2757/95, 2700/95, 2704/95, 2573/95, 2712/95, 2740/95, 1688/95, 2580/95, 2293/95, 2507/95, 2492/95, 2521/95, 2603/95, 2635/95, 2592/95, 2441/95, 2574/95, 2489/95, 2558/95, 2948/95, 2347/95, 2568/95, 2539/95, 2394/95, 2392/95, 2432/95, 2009/95, 2401/95, 2440/95, 2518/95, 2161/95, 2472/95, 2533/95, 2692/95, 2698/95, 2807/95, 2687/95, 2609/95, 2437/95, 2907/95, 2761/95, 2496/95, 2487/95, 2469/95, 2455/95, 2479/95, 2520/95, 2501/95, 2454/95, 2491/95, 2289/95, 2669/95, 2594/95, 2638/95, 2640/95, 2400/95, 2860/95, 2763/95, 2950/9, 2802/95, 2828/95, 2831/95, 2762/95, 2415/95, 2468/95, 2572/95, 2626/95, 2536/95, 2534/95, 2794/95, 2724/95, 2169/95, 2695/95, 2708/95, 2703/95, 2686/95, 2606/95, 2642/95, 2522/95, 2540/95, 2542/95, 2555/95, 2547/95, 2508/95, 2419/94, 2398/95, 2453/95, 2399/95, 2323/95, 2312/95, 2486/95, 2702/95, 2697/95, 2512/95, 2314/95, 2977/95, 2587/95, 2865/95, 2835/95, 2443/95, 2473/95, 2544/95, 2471/95, 2684/95, 2914/95, 2826/95, 2939/95, 2781/95, 2780/95, 2743/95, 2696/95, 2456/95, 2777/95, 2795/95, 2604/95, 2490/95, 2483/95, 2601/95, 2742/95, 2833/95, 2846/95, 2768/95, 2760/95, 2548/95, 2424/95, 2409/95, 2511/95, 2655/95, 2562/95, 2664/95, 2535/95, 2576/95, 2566/95, 2579/95, 2825/95, 1803/95, 2589/95, 2488/95, 2500/95, 2577/95, 2607/95, 2876/95, 2564/95, 2484/95, 2756/95, 2632/95, 2726/95, 2612/95, 2543/95, 2415/95, 2185/95, 2675/95, 2418/95, 2600/95, 2694/95, 2650/95, 2627/95, 3343/95, 3302/95, 2782/95, 3342/95, 3162/95, 3275/95, 3134/95, 3303/95, 3268/95, 3298/95, 3322/95, 3299/95, 2984/95, 3269/95, 2464/95, 3320/95, 3267/95, 3353/95, 3304/95, 3321/95, 3199/95, 3131/95, 2962/95, 3077/95, 3212/95, 3145/95, 3061/95, 2949/95, 3221/95, 2946/95, 3210/95, 3139/95, 3111/95, 3097/95, 3144/95, 2975/95, 2978/95, 3159/95, 3071/95, 2986/95, 3068/95, 3073/95, 2994/95, 3161/95, 3142/95, 3011/95, 2578/95, 3072/95, 3222/95, 2964/95, 3022/95, 3137/95, 3198/95, 3200/95, 2641/95, 3264/95, 3012/95, 3110/95, 2804/95, 3021/95, 3055/95, 2938/95, 3136/95, 2961/95, 3219/95, 3063/95, 3028/95, 3085/95, 3056/95, 2868/95, 3074/95, 3009/95, 3122/95, 2983/95, 3019/95, 3211/95, 3963/95, 2829/95, 3006/95, 3252/95, 2824/95, 3123/95, 3160/95, 3005/95, 2911/95, 2925/95, 3220/95, 2958/95, 3194/95, 3195/95, 2947/95, 3203/95, 3195/95, 3251/95, 3229/95, 3076/95, 3049/95, 3048/95, 3047/95, 3018/95, 3257/95, 3064/95, 3082/95, 3197/95, 3201/95, 2995/95, 3061/95, 3109/95, 3096/95, 3213/95, 2976/95, 2973/95, 2945/95, 2957/95, 3191/95, 3037/95, 2793/95, 2936/95, 3214/95, 3314/95, 3317/95, 2996/95, 3020/95, 3039/95, 3130/95, 2862/95, 3177/95, 3024/95, 2985/95, 3083/95, 2960/95, 3034/95, 3081/95, 3023/95, 3038/95, 3256/95, 3070/95, 3143/95, 3193/95, 2987/95, 3046/95, 3010/95, 3039/95, 3254/95, 3029/95, 2940/95, 3176/95, 2965/95, 3075/95, 3218/95, 3065/95, 3100/95, 2867/95, 3004/95, 3098/95, 2982/95, 3108/95, 3243/95, 2905/95, 3084/95, 3146/95, 2879/95, 3086/95, 2769/95. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às treze horas. E, para constar, eu *RAYMUNDO URBANO*, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida, discutida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e pelos membros dos egrégios Conselhos Deliberativo e Consultivo.

<b>MESA</b>	<b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b>	<b>LIDERANÇA DO PPB</b>
<b>Presidente</b> José Samey – PMDB – AP	<b>Líder</b> Elcio Alvares – PFL – ES	<b>Líder</b> Epitacio Cafeteira
<b>1º Vice-Presidente</b> Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL	<b>Vice-Líderes</b> José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS	<b>Vice-Líder</b> Esperidião Amin
<b>2º Vice-Presidente</b> Júlio Campos – PFL – MT	<b>LIDERANÇA DO PMDB</b>	<b>LIDERANÇA DO PT</b>
<b>1º Secretário</b> Odacir Soares – PFL – RO	<b>Líder</b> Jáder Barbalho	<b>Líder</b> José Eduardo Dutra
<b>2º Secretário</b> Renan Calheiros – PMDB – AL	<b>Vice-Líderes</b> Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda	<b>Vice-Líder</b> Benedita da Silva
<b>3º Secretário</b> Levy Dias – PPB – MS	<b>LIDERANÇA DO PFL</b>	<b>LIDERANÇA DO PTB</b>
<b>4º Secretário</b> Emandes Amorim – PMDB – RO	<b>Líder</b> Hugo Napoleão	<b>Líder</b> Valmir Campelo
<b>Suplentes de Secretário</b>	<b>Vice-Líderes</b> Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá	<b>Vice-Líder</b>
Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emilia Fernandes – PTB – RS	<b>LIDERANÇA DO PSDB</b>	<b>LIDERANÇA DO PDT</b>
<b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b>	<b>Líder</b> Sérgio Machado	<b>Líder</b> Júnia Marise
<b>Corregedor</b> (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP	<b>Vice-Líderes</b> Geraldo Melo	<b>Vice-Líder</b> Sebastião Rocha
<b>Corregedores – Substitutos</b> (Eleitos em 16-3-95)	<b>José Ignácio Ferreira</b>	<b>LIDERANÇA DO PSB</b>
1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Holland – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE	<b>Líder</b> Lúdio Coelho	<b>Líder</b> Ademir Andrade
<b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b> (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Ornelas – PFL – BA Emilia Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF		<b>LIDERANÇA DO PPS</b>
		<b>Líder</b> Roberto Freire
		<b>LIDERANÇA DO PSL</b>
		<b>Líder</b> Romeu Tuma

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Eleito em 19 4 95)

**Presidente:** Casildo Maldaner - PMDB - SC

**Vice-Presidente:** José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28 2 96)

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	<b>PMDB</b>	
1. Casildo Maldaner 2. Ramez Tebet 3. Nabor Júnior 4. Ney Suassuna		1. Onofre Quinan 2. Gerson Camata 3. Flaviano Melo 4. Coutinho Jorge
	<b>PFL</b>	
1. Élcio Álvares 2. Francelino Pereira 3. Waldeck Ornelas 4. José Alves		1. José Agripino 2. Carlos Patrocínio 3. Vilson Kleinübing 4. José Bianco
	<b>PSDB</b>	
1. Lúcio Alcântara 2. Pedro Piva		1. Jefferson Peres 2. José Ignácio Ferreira
1. Epitácio Cafeteira 2. Osmar Dias (PSDB)	<b>PPB (ex-PPR + ex-PP)</b>	1. Lucídio Portella 2. Antônio Carlos Valadares (PSB)
1. Emilia Fernandes	<b>PTB</b>	1. Arlindo Porto
1. Marina Silva	<b>PT</b>	1. Lauro Campos
1. Darcy Ribeiro	<b>PDT</b>	1. Sebastião Rocha
		<b>Membro Nato</b> <b>Romeu Tuma (Corregedor)</b>

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA LEGISLATIVA

**SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO  
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO  
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)  
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)  
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)  
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)  
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

**SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS**

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ  
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)  
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)  
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)  
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)  
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)  
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

**SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO  
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)  
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)  
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)  
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)  
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)  
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)  
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

## COMISSÕES PERMANENTES

### **COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA  
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA  
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES		
<b>PMDB</b>			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEbet	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-JADER BARBALHO	PA-3051/53
<b>PFL</b>			
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
<b>PSDB</b>			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
<b>PPB</b>			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
<b>PT</b>			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2- VAGO	
<b>PTB</b>			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
<b>PDT</b>			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
<b>PSB</b>			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
 SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255  
 FAX: 311-4344

**COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS  
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON  
 (29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
CASILDO MALDANER	SC-2141/47
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
MAURO MIRANDA	GO-2091/97
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	
VAGO	
<b>PFL</b>	
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BELLO PARGA	MA-3069/72
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17
EDISON LOBÃO	MA-2311/17
VAGO	
<b>PSDB</b>	
BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
CARLOS WILSON	PE-2451/57
OSMAR DIAS	PR-2121/22
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
<b>PPB</b>	
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77
<b>PT</b>	
MARINA SILVA	AC-2181/87
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
<b>PTB</b>	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
<b>PDT</b>	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31
<b>PSB</b>	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ  
 FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359  
 FAX: 311-3652

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE  
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA  
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
IRIS REZENDE	1NEY SUASSUNA
RONALDO CUNHA LIMA	2PEDRO SIMON
ROBERTO REQUIÃO	3GILVAN BORGES
JOSÉ FOGAÇA	4CARLOS BEZERRA
RAMEZ TEBET	5GILBERTO MIRANDA
JADER BARBALHO	6CASILDO MALDANER
VAGO	7VAGO
<b>PFL</b>	
GUILHERME PALMEIRA	1ELCIO ALVARES
EDISON LOBÃO	2CARLOS PATROCÍNIO
JOSÉ BIANCO	3ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
BERNARDO CABRAL	4HUGO NAPOLEÃO
FRANCELINO PEREIRA	5JOSÉ AGRIPINO
JOSAPHAT MARINHO	6FREITAS NETO
<b>PSDB</b>	
JOSE IGNACIO FERREIRA	1BENI VERAS
LÚCIO ALCÂNTARA	2ARTUR DA TÁVOLA
JEFFERSON PERES	3PEDRO PIVA
SÉRGIO MACHADO	4VAGO
<b>PPB</b>	
ESPERIDIÃO AMIN	1EPITACIO CAFETEIRA
<b>PT</b>	
JOSÉ EDUARDO DUTRA	1BENEDITA DA SILVA
<b>PTB</b>	
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	1ARLINDO PORTO
<b>PDT</b>	
DARCY RIBEIRO	1JÚNIA MARISE
<b>PSB</b>	
ANTONIO C. VALADARES	1ADEMIR ANDRADE
<b>PPS / PSL</b>	
ROBERTO FREIRE	1VAGO
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57

\*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
 SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA N° 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541  
 FAX: 311- 4315

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
 PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO  
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES  
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2031/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-2441/42
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
VAGO	
1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
5-VAGO	
6-VAGO	
7-VAGO	
8-VAGO	
<b>PFL</b>	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
5-BELLO PARGA	MA-3069/70
6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
<b>PSDB</b>	
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32
CARLOS WILSON	PE-2451/57
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
1-BENI VERAS	CE-3242/43
2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
5-VAGO	
<b>PPB</b>	
EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
2-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
<b>PT</b>	
MARINA SILVA	AC-2181/82
LAURO CAMPOS	DF-2341/42
1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
2-ROBERTO FREIRE +1	PE-2161/67
<b>PTB</b>	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
	1-ARLINDO PORTO
	MG-2321/22
<b>PDT</b>	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
	1-SEBASTIÃO ROCHA
	AP-2244/46
<b>PSB</b>	
VAGO	1-VAGO

\*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276  
 FAX: 311-3121

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC**

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

**TITULARES****SUPLENTES****PMDB**

RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		

**PFL**

JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		

**PSDB**

CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		

**PPB**

EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
--------------------	------------	------------------	------------

**PT**

EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
-----------------	------------	----------------	------------

**PTB**

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
--------------------------	------------	------------------	------------

**PDT**

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
---------------	------------	--	--

**PSB / PPS**

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		
----------------------	------------	--	--

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS  
 SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO  
 TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254  
 FAX: 311-1060

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGripino Maia

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	
	<b>PFL</b>
FREITAS NETO	PI-2131/2137
JOSÉ AGripino	RN-2361/2367
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199
	<b>PSDB</b>
JOSE IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012
PEDRO PIVA	SP-2351/2353
	<b>PPB</b>
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057
	<b>PDT</b>
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247
	<b>PTB</b>
ARLINDO PORTO	MG-2321/2321
	<b>PT</b>
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397
	<b>PSB</b>
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107
	<b>PPS / PSL</b>
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: CELSO PARENTE  
 TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)  
 FAX: 311-3286

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/31
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41
VAGO	
	1-MARLUCE PINTO
	2-FERNANDO BEZERRA
	3-RONALDO CUNHA LIMA
	4-GERSON CAMATA
	5-IRIS REZENDE
	6-RAMEZ TEBET
	RR-1101/4062
	RN-2461/67
	PB-2421/27
	ES-3203/04
	GO-2031/37
	MS-2221/22
<b>PFL</b>	
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
	1-JOEL DE HOLLANDA
	2-BELLO PARGA
	3-JOÃO ROCHA
	4-JOSÉ ALVES
	5-VILSON KLEINÜBING
	PE-3197/99
	MA-3069/72
	TO-4071/72
	SE-4055/57
	SC-2041/47
<b>PSDB</b>	
GERALDO MELO	RN-2371/77
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
LÚDIO COELHO	MS-2381/87
	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
	2-CARLOS WILSON
	3-PEDRO PIVA
	ES-2021/27
	PE-2451/57
	SP-2351/53
<b>PPB</b>	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
	1-JOSÉ BONIFÁCIO
	TO-3055/57
<b>PT</b>	
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
	1-MARINA SILVA
	AC-2181/87
<b>PTB</b>	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34
	1-ARLINDO PORTO
	MG-2321/22
<b>PDT</b>	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
	1-DARCY RIBEIRO
	RJ-3188/89
<b>PSB / PPS</b>	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
	ANTONIO C. VALADARES
	SE-2201/04

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
 SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA N° 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367  
 FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
**(SEÇÃO BRASILEIRA)**  
 (Designada em 25-4-95)

**Presidente:** Deputado PAULO BORNHAUSEN  
**Vice-Presidente:** Senador CASILDO MALDANER  
**Secretário-Geral:** Senador LÚDIO COELHO  
**Secretário-Geral Adjunto:** Deputado ROGÉRIO SILVA

**SENADORES**

Titulares	Suplentes
José Fogaca Casildo Maldaner	PMDB Martuce Pinto <sup>1</sup> Roberto Requão
Vilson Kleinübing Romero Jucá	PFL Joel de Hollanda Júlio Campos
Lúdio Coelho	PSDB Francisco Montoro
Esperidião Amin	PPB Geraldo Melo
Emilia Fernandes	PTB Dilceu Sperafico

Osmar Dias <sup>2</sup>	PP
	PT
	Benedita da Silva Eduardo Suplicy Lauro Campos
<b>DEPUTADOS</b>	
<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto Paulo Bornhausen	PMDB Antônio Ueno José Carlos Vieira
Paulo Ritzel Valdir Colatto	PSDB Elias Abrahão Rivaldo Macan
Franco Montoro	PPB Yeda Crusius
Fester Júnior <sup>3 4</sup>	PP João Pizzolatti
Dilceu Sperafico	PT Augustinho Freitas
Miguel Rossetto	Luiz Mainardi

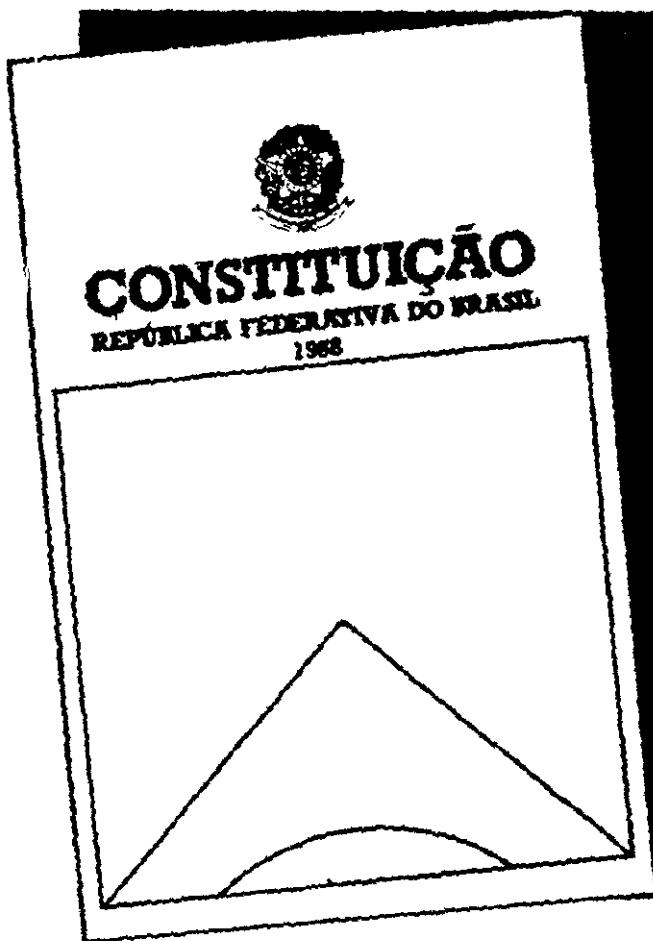
1 Pedro Simão substituído por Martuce Pinto, em 2-10-95.

2 Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4 Júlio Redecker substituído por Fester Júnior, em 1º-2-96

**Subsecretaria de Edições Técnicas  
do Senado Federal**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS  
DESOE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUIDAS, INCLUSIVE, TODAS AS  
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

---

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal  
Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à  
esquerda)

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

## PREÇO DE ASSINATURA

### SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte .....	R\$ 31,00
Porte do Correio .....	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF  
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



**EDIÇÃO DE HOJE: 56 PÁGINAS**